

Diário do Legislativo de 01/11/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite e Ronaldo Canabrava

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo PMDB Presidente
de Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Sargento PL
Rodrigues

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Moraes PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio PTB Presidente
Pinto

Deputado Wanderley PPS Vice-Presidente
Ávila

Deputado Alberto Pinto PPB
Coelho

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio PSD
Genaro

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputado Geraldo PMDB Vice-Presidente
Rezende

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputada Elaine PSB
Matozinhos

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra PPB Vice-Presidente
Pinto

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo PMDB
Brandão

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Rêmolo Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Hau Eisen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Nivaldo PPB
Andrade

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra PPB Presidente
Pinto

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Eduardo PMDB
Brandão

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente

Deputado Pastor George PL Vice-Presidente

Deputado Dimas PMDB
Rodrigues

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Chico Rafael PSB

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar PSDB Vice-Presidente
Martins

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo PMDB
Canabrava

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Alberto Bejani PFL

SUPLENTES:

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 107ª Reunião Especial

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.931/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Arlen Santiago, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.898, de 30/6/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23

Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.932/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.918, de 31/7/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18

Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 4 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.933/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Mauro Lobo, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.925, de 30/8/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15

Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.934/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.831, de 23/12/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07

Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Perreira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.935/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.863, de 31/3/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações.

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.936/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Olinto Godinho, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.840, de 22/2/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações.

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 4 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8 AL-01
horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.937/2000

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Fábio Avelar, a vigorar a partir de 1º/11/2000, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.907, de 30/6/2000, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações.

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete I - 4 horas	AL-40
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 4 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4	AL-03

horas

Agente de Serviços de Gabinete II - 8 AL-03
horas

Agente de Serviços de Gabinete II - 8 AL-03
horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 107ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 20/10/2000

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz - Palavras do Frei Hilário Meekes - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Agostinho Patrús - Amílcar Martins - Eduardo Brandão - Maria Olívia - Sávio Souza Cruz.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Governo nesta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, representando o Governador do Estado; o Revmo. Sr. Frei Hilário Meekes, Diretor do Colégio Santo Antônio; e os Exmos. Srs. Olavo Sérgio Campos, Coordenador-Geral do Colégio Santo Antônio; e o Coronel Paulo Rubens Pereira Diniz, representando a Associação Comercial de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Colégio Santo Antônio pelo transcurso de seu 50º aniversário de fundação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz

Exmo. Sr. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduino; Revmo. Sr. Frei Hilário Meekes, Diretor do Colégio Santo Antônio; Ilmo. Sr. Dr. Olavo Sérgio Campos - Kafunga -, Coordenador-Geral do Colégio Santo Antônio; Exmo. Sr. Cel. Paulo Rubens Pereira Diniz, que aqui representa a Associação Comercial de Minas Gerais; amigos da família do Colégio Santo Antônio. As instituições não são como os homens. Somente para estes a vida sobre a terra é prazo delimitado no tempo. Para aquelas, o tempo é fator de consolidação, de tal sorte que elas se tornam mais vivas, mais nítidas, mais fortes quanto mais tenham vencido a fugaz poeira dos dias, que a nossa necessidade extrema de catalogação convencionou amontoar em anos, em décadas, em séculos, em milênios.

Nos seus 50 anos, o Colégio Santo Antônio está apenas no seu primeiro viço. É ainda uma criança na aragem da primeira manhã. Mas de tal forma se apresenta consolidado e vigoroso, já neste alvorecer, que faz prever a desenvoltura com que cumprirá a sua destinação de permanência e com que acompanhará, ao pé de nossas serras, a formação de gerações sucessivas de jovens estudantes.

Retrocedendo no tempo à procura da origem deste vigor, encontramos a chegada dos freis franciscanos holandeses ao Brasil no ano de 1900, exatamente há um século.

Os freis franciscanos holandeses, pouco depois de sua chegada ao Brasil, instalaram em São João del-Rei o Ginásio Santo Antônio. Decidiram, muitos anos depois, transferi-lo para Belo Horizonte.

A transferência deveu-se à sábia percepção de Frei Bertrando e de seus contemporâneos de que cabia estabelecer uma casa franciscana na Capital mineira, que viesse a favorecer o contato de seus alunos com as escolas superiores, o seu ingresso nas universidades, o cumprimento de suas obrigações civis e a ampliação de seus horizontes de informação e de cultura.

Era o ano de 1950, e o Ginásio recebeu, em Belo Horizonte, a denominação de Colégio Santo Antônio.

Mantendo a inspiração de São Francisco de Assis, a que viera aliar-se a de Santo Antônio de Pádua, o Colégio estabeleceu-se em ponto àquela época tranquilo, em instalações simples, apenas adaptadas a seu funcionamento. E no mesmo local até hoje permanece, conservando, a despeito de outras adaptações, a marca indelével da simplicidade, que tão bem evoca as lições de desprendimento, nascidas nas suaves colinas de Assis e que para cá migraram com a operosa presença da comunidade dos freis holandeses.

Na direção do Colégio, ao pioneiro Frei Bertrando sucedeu Frei Xisto, e a este sucederam os Freis Félix, Eduardo, Humbertino, Geraldo, Aristides e Dario, a quem veio suceder Frei Hilário, atual Diretor, que recebe nesta noite, por seu intermédio, a homenagem do povo de Minas, também endereçada a cada um de seus brilhantes predecessores.

Mas a tarefa de consolidação do Colégio não se deveu somente à correta direção dos freis franciscanos. A ela veio se somar a ação de colaboradores preciosos, muitos deles dedicando parte substancial de sua vida à do educandário, a que, comprovando a existência de uma possível afinidade entre o ensinamento franciscano e o espírito mineiro, serviram com zelo e com amor.

Muitos são os nomes que mereceriam, nesse contexto, ser lembrados. Na impossibilidade de dizê-los a todos, a todos homenageio na figura prestimosa de D. Eny, há 41 anos pertencente ao Colégio, na da cantineira Pedra, que já serviu a muitas turmas de alunos, e na dos professores Frei Feliciano, Frei Jaime, Frei Guilherme, Mourão, Mozart, Kafunga, Leo, Tacão, Terezinha e Fichinha, os quais tiveram individualmente no Colégio Santo Antônio o palco de uma atuação pedagógica de extensão maior que a do espaço de duas longas décadas.

Apresento minha homenagem também ao Prof. José dos Prazeres, nosso "Prazeirão", um dos fundadores do Colégio e que se faz presente.

Pelas mãos dessa equipe dedicada passaram, nos 50 anos já vencidos, cerca de 20 mil alunos, a maioria natural de Belo Horizonte, mas muitos deles originários de outras cidades mineiras e até de outros Estados.

Esse alto número de alunos e a diversidade de sua origem já bastariam para comprovar o elevado alcance da atuação do Colégio Santo Antônio.

Tais índices, no entanto, não são os únicos. Também comprova o alcance da atuação do Colégio o sucesso obtido por seus alunos nos estudos subseqüentes, uma vez que esses alunos não raro passaram a fazer parte das melhores universidades do País. E especialmente o comprova o sucesso obtido por eles, anos mais tarde, no exercício de sua vida profissional, quando vieram a se distinguir quase sempre pela aprimorada formação técnica e pelo exercício dos valores franciscanos, que, assimilados, fazem das pessoas seres melhores e mais completos.

São 3 mil os alunos hoje atendidos pelo Colégio Santo Antônio. Como os de ontem, enchem de vozes e de esperanças o espaço cinquentenário, que pertenceu, em muitos casos, em época anterior, a seus pais ou a familiares mais antigos. Comprova, na sua exuberância juvenil, que as instituições somam as histórias individuais dos homens, mas ultrapassam a transitoriedade que é própria delas e, perenes, a elas sobrevivem.

As instituições, é verdade, não são como os homens. Mas os homens, de outro ângulo, não são eles próprios como as instituições. Para estas, o tempo é realmente consolidação, mas é simultaneamente simples horizontalidade, cronologia, sucessão exterior de fatos, alinhamento progressivo de presenças. Para os homens, no entanto, a vida supõe verticalização, densidade interior, sensibilidade, de tal sorte que o vivido não se esgota no fugidio momento que o acolheu, mas sobrevive nos arquivos da memória, guardando, à revelia da passagem dos anos, o largo espectro das emoções de que originalmente se tenha revestido.

Assim é que cada pessoa é convidada, a qualquer inesperado pretexto, a revisitar em lembrança gestos, palavras, cenários, fatos que ficaram para trás. As imagens recuperadas, já desprendidas das circunstâncias que tiveram, já não sofrem mais as oscilações das presenças vivas que por vezes podem lhe ter recusado a sua solidariedade. Depuradas, transformam-se em parte da lembrança e tornam indistintos os limites entre quem cada um foi e quem hoje é.

Assim, para os que foram alunos do Colégio Santo Antônio e, ainda, para os que tiveram o privilégio de ali atuar como profissionais, o Colégio Santo Antônio é parte de inefáveis referências, que passaram a constituir moldura de sua vida. Para os que por ali passaram, o Colégio Santo Antônio é sinônimo de chão, de risos, de vozes, de semblantes, de figuras que não se perderam, mas que ressoam sempre nas fundas paredes de cada um. Os que para trás deixaram o Colégio Santo Antônio, em verdade, não o deixaram, mas o trouxeram consigo, assegurando que de fato estão para sempre vinculados àquele espaço de onde supunham, ao fim do curso, que se tivessem despedido. Sendo eu um desses, que trago dentro de mim, como ex-aluno e professor licenciado, a grata imagem do Colégio Santo Antônio, volto hoje àquele espaço venerando de onde em meu coração nunca sai, visito enternecido salas, pátios, corredores, absorvo de novo de sua paz, colho de suas sementes de esperança e, junto da homenagem que hoje lhe é prestada por esta Casa representativa do povo mineiro, a ele destino, comovido, a oração pessoal de minha gratidão, a de minha saudade e a de meu fundo e imorredouro amor.

Palavras do Frei Hilário Meeke

Exmo. Sr. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato; Deputado e amigo Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Governo nesta Casa, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco; Olavo "Kafunga", Coordenador-Geral do Colégio Santo Antônio; Cel. Paulo Rubens Pereira Diniz - com muita alegria também cumprimentamos o ex-aluno do Colégio Santo Antônio -, representando aqui a Associação Comercial de Minas Gerais; demais pessoas presentes, trouxe a minha fala por escrito. Acontece que tudo que escrevi o Sávio já falou. Ou quase tudo. Não é brincadeira. Mesmo assim, vou falar um pouquinho. Primeiro, o que não tem nada que ver com o texto; vim, de propósito, a rigor, vestido de frade para homenagear os antigos freis. Queria falar um pouco mais que Sávio justamente sobre o começo do Colégio Santo Antônio aqui, em Belo Horizonte. Ele começou em 1950, vou começar em 1949.

Vou começar em 1949, mas faço questão de usar a minha farda oficial de franciscano, para homenagear a turma do começo, porque todos andavam assim. Nos seis anos de São João del-Rei, só andava de farda, de sandálias, com os cabelos raspados. Perdi os cabelos por causa do sol, que queimava as raízes. Mas era uma farda de honra, um hábito franciscano.

Vou falar um pouco sobre essa história. Ontem me falaram uma frase: "homenagear é historiar". Então, toda homenagem é uma volta à história. Voltar com gratidão e admiração é o que quero fazer hoje para vocês. Vou contar-lhes como foi o início do Colégio Santo Antônio em Belo Horizonte.

Estamos em abril de 1949, na sala principal do convento do Colégio São João del-Rei, numa reunião entre o Governo da Província Franciscana e todos os Freis ligados à educação. O assunto era a transferência do curso colegial do famoso e tradicional Colégio Santo Antônio de São João del-Rei para Belo Horizonte.

Os motivos dessa mudança foram, mais ou menos, citados pelo Deputado Sávio, que os retirou da circular que foi enviada, em novembro de 1949, a todos os pais dos alunos do colégio de São João del-Rei e aos dos outros três colégios franciscanos em Minas Gerais - de Muzambinho, de Teófilo Ottoni e de Pará de Minas. O Diretor do colégio de São João del-Rei tomou a iniciativa. Como o Deputado Sávio disse, temos que pensar no futuro. Na época, estavam verificando que muitos alunos do 3º ano, em São João del-Rei, mesmo havendo o curso colegial, já estavam indo para Belo Horizonte, porque as possibilidades seriam melhores.

O motivo da mudança era criar possibilidades para os alunos dos quatro colégios franciscanos continuarem os estudos na parte colegial do novo Colégio Santo Antônio, que seria considerado como prolongamento natural e orgânico dos quatro colégios já existentes. Como o Deputado Sávio disse, havia também o objetivo de criar melhores condições para os jovens estudantes, em contato com o ambiente universitário, se prepararem para o futuro universitário, futuro profissional, mas em ambiente franciscano, numa educação cristã e competente na parte acadêmica, em todos os sentidos. A última razão era criar a possibilidade tranqüila de os alunos cumprirem com as obrigações do serviço militar, por meio do CPOR, na Capital. Os alunos desejavam freqüentar o colégio e fazer o CPOR. Esses foram os três motivos fundamentais para mudarem.

A pauta desta reunião tem algumas coisas curiosas e interessantes, pelo menos para mim. Primeiro, foi pedido-se a aprovação do plano para o novo colégio ao Arcebispo Dom Antônio Cabral. Havia o medo de que não concordasse. Mas ele concordou plenamente. Segundo, foi difícil procurar o lugar ideal para o colégio. Vamos voltar ainda um pouco nisso.

Outro ponto interessante foi o receio de alguns confrades quanto à concorrência proveniente da construção de um enorme colégio pelos Irmãos Maristas. O receio foi julgado infundado pela maioria. A Capital mineira, certamente, comportaria mais colégios, e a concorrência poderia muito bem obrigar os Freis a investir, cada vez mais, na qualidade educativa do novo projeto educacional. A concorrência os obrigaria a trabalhar mais, a caprichar mais, a ser melhores.

Alguns confrades recebiam, também, a iminente reforma do ensino secundário. O receio foi descartado com o argumento lacônico de que ninguém sabia quando nem como seriam introduzidas as tais reformas, menos ainda, como e quando as mudanças seriam feitas.

A maior dificuldade foi encontrar o lugar ideal. É interessante ver como isso foi colocado na ata da reunião: que o lugar fosse "perto do centro da cidade, com condução fácil - de preferência, um bonde só -; que não ficasse distante da futura cidade universitária; que o terreno não fosse caro, tendo em vista a construção futura também do internato e semi-internato, e que a quinta parte do corpo docente do colégio consistisse de freis franciscanos".

A escolha do lugar ideal virou uma novela. O que se julgava simples tornou-se complicado. Havia pressa para começar. A decisão foi tomada em 14/7/49, e queriam começar em 1º/3/50. O tempo era curto.

Dois Freis foram indicados para procurar o lugar: Frei Bertrando, futuro Diretor do colégio, e Frei Zacarias, Vigário do Carlos Prates, que conhecia muito bem a cidade. Vasculharam a cidade em todas as direções, visitaram mais de 50 lugares. Sempre faltava alguma coisa, e surgia outro senão.

Famoso nessa busca ficou o lugar certo e especial que encontraram: o Edifício Campolina, na Avenida Santos Dumont. Preenchia todas as condições necessárias, mas, depois, descobriram que ficava perto da zona meretrícia. Desistiram.

Já era outubro, e nada ainda havia sido decidido sobre o lugar, até que, em 27/10/49, foram reiniciadas as negociações com a família Rezende Costa, as quais foram bem-sucedidas: comprou-se a casa na Rua Pernambuco, 880, onde fica agora o Colégio Santo Antônio.

A escritura foi lavrada em 23/11/49. Logo em seguida, o colégio começou a ser construído, e só tinham três meses para construí-lo. Pouco tempo, porque as aulas iam começar em 1º de março.

Mas, durante esse tempo, começaram a chegar os protestos, especialmente de São João del-Rei. Deveria ter trazido a lista de pessoas famosas - estou vendo o Tônico, seu pai assinou e outras pessoas importantes daquela cidade que gostavam e vibravam com o Colégio Santo Antônio achavam um desaforo os Freis saírem de lá. Também havia protestos de outros lugares. Por que vocês estão saindo de Muzambinho, de São João del-Rei, de Pará de Minas? Tudo bem, é uma carta bonita que os pais escreveram e publicaram no jornal.

O Frei Norberto, que era Diretor e ainda estava trabalhando em São João del-Rei, ficou devendo a resposta. Quatro dias depois do protesto dos pais e das pessoas importantes da cidade, ele deu a resposta, citando os mesmos argumentos: concentrar o pessoal num colégio só. Cada colégio ia ceder o melhor professor que tinha para começar o novo colégio em Belo Horizonte, que ia preparar para a universidade.

O argumento também repetia a possibilidade do CPOR e o contato com outras escolas e futuras universidades. Interessante é que ele termina seu argumento falando que os Freis tinham pesado com muita consciência todos os argumentos dos pais. Também tinham pesado com muita consciência os sacrifícios e as perdas da saída do Colégio Santo Antônio de São João del-Rei. Mas os Freis acharam que as vantagens, assim mesmo, seriam bem maiores. E, assim, mudaram. E a história mostrou que o Frei Bertrando tinha razão e visão. A história mostra isso.

A construção do "predinho" do colégio começou no quintal da casa que compraram, onde agora é a Secretaria e a casa dos Freis, e o convento atrás. Começaram com quatro salas. E tudo muito simples. Eles só tinham três meses para construir, mas deu para começar e, no fim do ano, houve a primeira formatura, e não havia igreja ainda; aconteceu na Igreja da Boa Viagem, o Frei Bertrando celebrando. Foi uma beleza.

E agora, onde arranjar dinheiro para continuar a construir? Aliás, o dinheiro sempre foi o problema. Esses três Freis, no começo, até passaram fome. Era uma luta para arranjar dinheiro e conseguir cumprir as exigências legais de começar um colégio novo.

Até certo ponto, é uma história interessante: um Frei que não tinha nada com o colégio (lá, não se recebiam hóspedes, porque não cabia ninguém mais na casa) chegou e ficou hospedado só para almoçar, não tinha como dormir lá. Eram seis numa casa só, e a sala maior era a capela. O Frei que veio de fora tinha trinta contos nas mãos. E isso era muito dinheiro. Estavam devendo a todo o mundo e "dobraram" o Frei - empreste-nos esses trinta contos, por um ano só. Ele emprestou. Esse dinheiro era para construir a capela do convento das irmãs, na Rua Santa Rita Durão. E convenceram o hóspede, dizendo: as irmãs vão esperar mais, já esperaram tanto... Então, ele cedeu.

De tanta preocupação, Frei Bertrando também ganhou apelido. Nos cadernos do convento, diziam que, de vez em quando, Frei Bertrando parecia um leão rugindo, de tão tenso e preocupado; parecia um leão preso. Então, demorava demais a chegar o dinheiro e a aprovação. Mas, graças a Deus, tudo chegou. Aos 27 de fevereiro, chegou a documentação para que começássemos no dia 1º de março, ou seja, dois dias antes. Realmente, é para se ficar quase histérico. O Frei estava uma pilha de nervos: "Temos de começar, e não temos documentos; se vier um fiscal, estaremos fritos". Mas tivemos sorte. Já citei Frei Zacarias, que foi atrás do Governador Milton Campos, de quem era amigo. E o Governador mandou um representante especial ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, o qual acelerou toda a papelada, que chegou na última hora. Mas, se não fosse o Zacarias falar com o Governador, também daria "zebra".

Ainda gostaria de falar muitas coisas sobre os fundadores e os outros professores, mas já não é necessário, pois o Sávio falou. Mas, para mim, esse primeiro ano da história do colégio é algo tão bonito, que precisaríamos citar alguns nomes. A coisa é bíblica, é evangélica; algo que começa assim tem de dar certo. Jesus diz que uma casa construída sobre uma rocha está bem construída; pode agüentar tempestades, chuvas, enchentes... Acho que o Colégio Santo Antônio foi construído sobre a rocha do trabalho dos seus primeiros fundadores. Vocês não conhecem todos, mas vou citar alguns: Freis Bertrando; Pedro; Humbertino, que era alemão, brasileiro, holandês, tudo misturado; Humberto e Norberto. Depois, temos os fundadores leigos: Mauro Mourão, Fichinha; o famoso Mauro Vilela; Mozart Dolabella; José dos Prazeres, que está aqui e era um dos mais conhecidos. Se continuar falando, ainda terei muitos nomes.

Como faltam só 7 minutos para o casamento, vou deixar a história de lado. Ainda queria falar muitas coisas sobre os que vieram, mas vou citar só os nomes: Aristides, pessoa inesquecível, que, com 15 anos na escola, deixou sua marca; Jaime, caladão, fechadão, mas gente boa demais - tinha um coração de ouro, mas não podia mostrar; Feliciano, "cobrão" da Física; Prof. Leo, grande coordenador; Diva, mestre em Matemática; as duas Terezinhas, a de História e a de Português, mas ambas fizeram história no colégio. Ainda há muitos nomes, mas tenho de parar.

Vou encerrar com duas frases famosas, que gosto muito de citar. A primeira, que já citei mil vezes e coloquei em uma circular que mandei aos pais, é de Dag Hammarskjöld: "A tout ce qui est passé, merci! A tout ce qui viendra, oui!". Gosto demais dessa frase. Por tudo que se passou, obrigado. Por tudo que se passou nesses 50 anos, Deus, muito obrigado. Mas não apenas Deus, que trabalha sempre por meio das pessoas: obrigado a todos que deram seu tempo, energia ou trabalho; aos pais que confiaram nos Freis e nos professores; aos alunos, que são o Colégio. "A tout ce qui viendra, oui!". E tudo o que ainda está para chegar pode contar conosco. É assim que se olha para o futuro: com garra, esperança e confiança nas pessoas que vão trabalhar e em Deus.

A frase final é do próprio Frei Bertrando. Sávio é quem deveria tê-la citada, pois é de seu tempo - nunca vivi com Frei Bertrando. Mas acho que Sávio também não; ele não é tão velho assim.

Frei Bertrando citava sempre uma frase: "A vida é bela; Deus é grande! No fim, dá tudo certo". Puxa vida, que convicção com essa vida bela! E é mesmo. É preciso admirar a vida, "curtir" a vida, agradecer a vida. É o melhor bem que temos, é o maior dom que recebemos de Deus. Ele vibrava com a vida. Mas pensam vocês que ele morreu de velho? Não, ele morreu de infarto fulminante, com menos de 50 anos, de tantas preocupações. Mas a vida é bela, e Deus é grande. Podemos contar com Deus sempre, porque, no fim, dá tudo certo.

Quero terminar agradecendo e repetindo a frase de Jesus: "A casa construída numa rocha é uma casa bem construída". E a rocha é a garra das pessoas, o esforço, a confiança das pessoas nelas mesmas e em Deus. Muito obrigado pela atenção e desculpem-me, porque tenho que fazer um casamento agora. O noivo deve estar pensando que o Frei está dando o bolo. Muito obrigado de coração e espero que o Sávio me represente pelo resto da reunião.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação do Coral do Colégio Santo Antônio, sob a regência da maestrina Sueli Lauer.

- Procede-se à apresentação do coral.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Olavo Sérgio Campos, Coordenador-Geral do Colégio Santo Antônio, uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres. (-Lê:)

"Ao Colégio Santo Antônio, obra maior da comunidade franciscana no campo educacional, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais na comemoração dos seus 50 anos de atividades em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 20 de outubro de 2000. Deputado Anderson Aduino, Presidente."

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

Componentes da Mesa, senhoras e senhores, coube-me a honra de presidir esta sessão, em substituição ao Deputado Anderson Aduino. Manifesto, inicialmente, minha alegria, por diversos motivos. Primeiro, pela aventura de poder estar presidindo em nome do povo de Minas Gerais, que representamos nesta Casa. Segundo, pela importância desta homenagem, dada a significância desse educandário na história da educação mineira e deste País. E - por que não dizer? - por alegria de estar aqui, já que, por essa comunidade, também passou minha filha, Ana Flávia, que foi aluna desse educandário.

São Francisco de Assis, o fundador da Ordem que leva seu nome, adotou a letra tau, dos alfabetos hebraico e grego, como símbolo de sua resposta ao chamado divino para criar uma sociedade nova, baseada na justiça e na paz. Sob o signo do tau, a Congregação se expandiu pelo mundo ao longo dos séculos, em trabalho de catequese e de formação das novas gerações. Pois em razão da obra educacional é que estamos homenageando o tau franciscano, ao ensejo dos 50 anos do Colégio Santo Antônio em Belo Horizonte.

Não podemos dizer, em sã consciência, que o Brasil alcançou o ideal do místico de Assis. Somos uma sociedade nova, mas não somos uma sociedade justa e pacífica. As desigualdades e a violência são a tônica em nossos dias. E, ao combatê-las, é que aquilatamos como é importante para nós a contribuição de educadores como os discípulos de São Francisco e de educandários como o Colégio Santo Antônio.

Já no tempo de nossos avós, o Colégio Santo Antônio de São João del-Rei era referencial de excelência didática. Muitos dos luminares da História Republicana ali completaram seus estudos secundários e ostentavam orgulhosamente essa referência em seus currículos. Afinal, ter passado pelo Santo Antônio era atestado de preparação que os capacitava a alcançar grandes vãos na vida nacional.

Transferindo parte de sua grade de cursos para Belo Horizonte, o Colégio perseverou na alta qualidade didática. São 50 anos desde que se instalou no tradicional Bairro dos Funcionários. Durante esse tempo, as ruas tranqüilas da vizinhança viram passar sucessivas gerações de alunos. Hoje, se o panorama mudou, com o trânsito intenso, continua o desfile da mocidade estudiosa, prova de que o Colégio prossegue com sua obra inestimável.

O companheiro Deputado Sávio Souza Cruz foi autor da iniciativa que deu origem a esta reunião. Ao fazê-lo, tinha e tem conhecimento de causa, como ex-aluno e ex-professor do Colégio. Ao integrar tanto o corpo discente como o docente, viveu a rica experiência de aprender por mãos hábeis e ensinar mediante diretrizes sólidas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - é sem falsa modéstia que o afirmamos - tem feito sua parte na área da educação. O parlamento mineiro tem sido, tradicionalmente, fonte de legislação específica, que coloca nosso Estado na vanguarda do ensino. Reconhecer o mérito de nossas instituições educacionais complementa o trabalho legislativo. É nisso que hoje estamos empenhados: em nome do povo mineiro, apresentamos aos dirigentes, professores, funcionários e alunos do Colégio Santo Antônio as nossas felicitações pelos 50 anos de boa presença em Belo Horizonte. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a indicação do diretor-geral do instituto estadual de florestas

Às dez horas do dia trinta de agosto de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau e Ailton Vilela, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente registra a presença do Deputado Alberto Pinto Coelho e informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. José Luciano Pereira, indicado para Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, e, se possível, apreciar o parecer do relator. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva convida o Sr. José Luciano Pereira a tomar assento à mesa e lembra aos presentes que a arguição pública se faz necessária, conforme o disposto no art. 62, inciso XXIII, alínea "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 26. A seguir, a Presidência passa a palavra ao relator, Deputado Paulo Piau; este inicia a arguição do Sr. José Luciano Pereira, que é sabatinado pelos demais Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, a Presidência indaga ao relator, Deputado Paulo Piau, se está em condições de emitir seu parecer. Este o faz, concluindo pela aprovação da indicação do Sr. José Luciano Pereira para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende os trabalhos por 5 minutos, para a lavratura da ata desta reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Paulo Piau que proceda à leitura desta ata, que é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2000.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ailton Vilela - Paulo Piau.

ATA DA 56ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Glycon Terra Pinto e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: carta de Adelson José Pereira em que formula apelo para se proibir o uso de máquinas caça-níqueis; convite da Prefeitura Municipal

de Belo Horizonte para lançamento do programa de descentralização da prestação de serviços na área de Direitos Humanos no município; convites do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH - para sua próxima reunião ordinária e para o debate intitulado "Os Direitos Fundamentais no Estado de Minas Gerais", a realizar-se no próximo dia 15 de setembro; correspondência encaminhada pelo CONEDH, sobre a assinatura do Decreto nº 41.239, que regulamenta a Lei nº 13.187/99; carta de Luiz Cláudio Guimarães, detento da Penitenciária Néelson Hungria, em que solicita ajuda da Comissão; convite para o Seminário Nacional Pobreza: o Desafio para o Século XXI", a realizar-se nos próximos dias 18 a 21 de setembro, no Rio de Janeiro; carta de Geraldo Rosa dos Santos em que solicita ajuda para revisão de processo judicial; carta de Antônia Ferreira Rocha, professora da cidade de Montes Claros, em que solicita providências para assunto que menciona; ofício da Ferrovia Centro Atlântica em que presta esclarecimentos sobre a morte do Sr. Robson José Tavares, Agente da Estação de Pedreiras; denúncias dos cidadãos Cidália Soares Cravo, Marcel de Almeida Freitas e Lourdes Batista Artel solicitando providências para assuntos que mencionam; carta do Presidente da Associação dos Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas de Ipatinga em que pede ajuda da Comissão para que o detento Fabiano Ferreira Dias seja transferido para a Penitenciária de IPABA; ofício do Comandante do 14º Batalhão de Ipatinga convidando a Presidência da Comissão para reunião no próximo dia 19, às 14 horas, em Ipatinga, para discutir o assunto que menciona; ofício da Juíza Diretora do Foro de Ipatinga solicitando esforços da Comissão para se conseguir uma vaga em estabelecimento médico penal do Estado para internar o Sr. Elder Lívio Campos Alves; denúncia e documentação apresentadas pelo cidadão Geraldo Monteiro Filho contra a clínica Contorno Corporal Ltda., em Belo Horizonte. Ato contínuo, a Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência submete a discussão o parecer para o 1º turno sobre o Projeto de Lei Complementar nº 25/2000, e o Deputado Luiz Tadeu Leite apresenta requerimento em que solicita a retirada de pauta desse parecer, o qual é aprovado. Prosseguindo, passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, são aprovados os seguintes requerimentos de autoria da Comissão: Requerimentos nºs 1.605; 1.606 e 1.607/2000. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão são aprovados requerimento da Deputada Elbe Brandão em que solicita seja encaminhado voto de congratulações pelo lançamento do livro "Ousar Lutar - Memórias da Guerrilha Que Vivi", de autoria do ex-Ouvidor da Polícia Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, na pessoa do Sr. Afonso Borges, promotor do evento "Sempre um papo" e à família do autor, na pessoa de sua esposa; requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e ao Secretário Adjunto de Direitos Humanos pedindo providências para se apurar a denúncia trazida à Comissão pelo Sr. Ricardo Veloso, Prefeito Municipal de Bocaiúva, de que policiais militares do destacamento dessa cidade teriam assassinado Ivondete Ribeiro Silva e Clodoaldo Ferreira dos Santos e tentado assassinar Sebastião Saulo Ferreira dos Santos. Durante a reunião apresentou denúncia à Comissão o Sr. Geraldo de Souza. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - Marcelo Gonçalves - Adelmo Carneiro Leão - Glycon Terra Pinto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial DA COMISSÃO ESPECIAL para emitir parecer sobre a indicação do Sr. Fausto Ferrer Fróes para superintendente-Geral da Fhemig

Às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Luiz Menezes, Ivair Nogueira e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Luiz Menezes, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Ivair Nogueira para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Aílton Vilela para Presidente e do Deputado Luiz Menezes para Vice-Presidente. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossado como Presidente o Deputado Aílton Vilela, a quem convida a tomar assento à mesa e passa-lhe a Presidência dos trabalhos. O Deputado Aílton Vilela agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Luiz Menezes. Após, a Presidência designa o Deputado Ivair Nogueira como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2000.

Aílton Vilela, Presidente - Cristiano Canêdo - Ivair Nogueira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO PROF. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA PARA OCUPAR VAGA DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de setembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, João Pinto Ribeiro e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Sebastião Costa a atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Geraldo Rezende para Presidente e do Deputado João Pinto Ribeiro para Vice-Presidente. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, que o declara empossado como Presidente. O Deputado Geraldo Rezende assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado João Pinto Ribeiro. Após, o Presidente designa o Deputado Paulo Piau como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2000.

Geraldo Rezende, Presidente - Paulo Piau - Cristiano Canêdo.

ATA DA 45ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e da ata da 12ª Reunião Extraordinária, os quais são dadas por aprovadas e subscritas pelos membros da Comissão presentes. Após, o Presidente designa para relatores das seguintes matérias os Deputados a seguir citados: Projetos de Lei nºs 692, 946, 1.035, 1.060, 1.068, 1.083, 1.115, 1.128, 1.149 e 1.178/2000, ao Deputado Amílcar Martins; avoca a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 664/99, 1.065, 1.040, 1.041, 1.121, 1.061, 1.146, 1.147, 1.080, 1.082, 1.096, 1.098, 1.117, 1.118, 1.131, 1.132, 1.158, 1.181 e 1.182/2000; 924, 1.023, 1.047, 1.066, 1.081, 1.122, 1.113, 1.125, 1.144, 1.168, 1.177 e 1.186/2000, ao Deputado Luiz Menezes. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Luiz Menezes emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.044/2000, em 2º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente informa que, na reunião anterior, foi concedida vista do parecer sobre o Projeto de Lei nº 12/99 ao Deputado Amílcar Martins. Submetido a discussão e votação, é o parecer rejeitado. O Deputado Ivo José designa novo relator o Deputado Ronaldo Canabrava, que terá o prazo regimental para emitir seu parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.032 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e 1.129/2000, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava), os quais são aprovados. A seguir, submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 886, 987, 988, 995, 1.007, 1.028, 1.031 e 1.033/2000, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2000.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a indicação do sr. fausto ferrer fróes para superintendente-geral da fhemig

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Luiz Menezes, Ivair Nogueira e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Aílton Vilela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento

do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Fauto Ferrer Fróes, indicado para o cargo de Superintendente-Geral da FHEMIG, e se possível apreciar o parecer do relator. O Deputado Aílton Vilela convida o Sr. Fauto Ferrer Fróes a tomar assento à mesa e lembra aos presentes que a arguição pública se faz necessária conforme o disposto no art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda à Constituição nº26. Nesse momento, comparece no recinto o Deputado Sávio Souza Cruz. O Presidente passa a palavra ao Sr. Fauto Ferrer Fróes, para suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao relator, Deputado Ivair Nogueira e aos Deputados presentes, que procedem à arguição do indicado, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência agradece a presença do convidado e suspende a reunião por 3 minutos, para os cumprimentos formais. Reabertos os trabalhos, o Presidente indaga do relator se está em condições de emitir seu parecer. O Deputado Ivair Nogueira, então, emite parecer concluindo pela aprovação do Sr. Fausto Ferrer Fróes para o cargo de Superintendente-Geral da FHEMIG. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende os trabalhos por 5 minutos, para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Cristiano Canedo que proceda à leitura da ata, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2000.

Aílton Vilela, Presidente - Luiz Menezes - Ivair Nogueira - Cristiano Canedo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da CPI da Rodoviária

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Olinto Godinho, Amílcar Martins, Doutor Viana e Ivo José, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a agendar os trabalhos da Comissão e a apreciar proposições de interesse da Comissão. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Amílcar Martins, que sugere que a Comissão se reúna ordinariamente às quartas-feiras, às 15h30min. Havendo concordância dos demais membros, fica estabelecido este dia da semana e horário para as reuniões ordinárias. A Presidência passa à fase de apreciação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos do Deputado Doutor Viana: solicitando seja feita visita dos membros da Comissão ao Terminal Rodoviário Israel Pinheiro - TERGIP -, para conhecerem suas dependências, seu funcionamento e verificar, "in loco", as dificuldades que possam estar acontecendo; seja encaminhado ofício ao DER-MG solicitando cópias dos contratos realizados entre este órgão e a ADTER e dos processos licitatórios em que esta empresa foi vencedora. O Deputado Ivo José faz uso da palavra para informar que foi relator de comissão temporária que tratou de assunto semelhante e que as conclusões daquele relatório podem subsidiar os trabalhos desta CPI. A seguir, a Presidência solicita à assessoria da Comissão que encaminhe cópia deste relatório ao relator, Deputado Amílcar Martins. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Amílcar Martins - Ivo José - Doutor Viana.

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Wanderley Ávila e Aílton Vilela, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Encerrada a 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, submete a votação o Requerimento nº 1.663/2000, do Deputado José Milton, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Wanderley Ávila - José Henrique.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da cpi da saúde

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Jorge Eduardo de Oliveira, Edson Rezende e Adeldo Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. George Alves de Almeida, Coordenador de Zoonose da Secretaria da Saúde; José Elias Miziara, ex-coordenador administrativo da FUNED; e Maria Regina Resende Santos Fernandes Coelho, da área jurídica da FUNED, a qual encaminha atestado médico justificando sua ausência. O Presidente presta os esclarecimentos necessários ao funcionamento das CPs e passa a palavra ao Sr. George Alves de Almeida, que se qualifica e tece suas considerações iniciais. Em seguida, os Deputados Edson Rezende, Adeldo Carneiro Leão e Hely Tarquínio fazem perguntas ao depoente. Não havendo mais perguntas, o Presidente dispensa o Sr. George Alves de Almeida e passa a palavra ao Sr. José Elias Miziara. O segundo depoente se qualifica e faz suas colocações iniciais, e os Deputados Edson Rezende e Adeldo Carneiro Leão fazem perguntas ao depoente. Encerrado o depoimento, o Sr. José Elias Miziara é dispensado. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas nos dias 30 de outubro, às 17 horas, e 31 de outubro, às 9 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2000.

Hely Tarquínio, Presidente - Edson Rezende - Adeldo Carneiro Leão - Marco Régis.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 189ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 1º/11/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer do Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos sobre requerimento solicitando sejam tomadas públicas as atas de reuniões secretas realizadas no período de maio de 1963 a junho de 1978. O Grupo Parlamentar opina pela publicidade dos referidos documentos e pelo acesso franqueado àqueles que os queiram consultar.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 843/2000, do Deputado Alberto Bejani, que considera em serviço o militar do Estado que se deslocar em transporte coletivo intermunicipal nas condições que especifica e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fausto Ferrer Fróes para o cargo de Superintendente-Geral da FHEMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.084/2000, do Deputado Gil Pereira, que cria a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios para o controle da ordem cronológica dos pagamentos dos contratos administrativos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 3, que apresenta, ficando rejeitada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 890/2000, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a criação do Projeto Mutirão Universitário no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.044/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 56ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 1º/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.171/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.716 e 1.717/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.727/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial das Taxas, a realizar-se às 16h30min do dia 1º/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/11/2000, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Arlen Santiago, Paulo César Santiago, Luiz Francisco Santiago, Felismino Henriques Neto, Juarez Souto e João de Deus Dias Neto e a Sra. Maria Cristina Santiago Oliveira.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmolo Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/11/2000, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, e, em 1º turno, os Projetos Lei nºs 1.215/2000, do Tribunal de Justiça; 1.223/2000, da Procuradoria-Geral de Justiça, e 1.240/2000, da Mesa da Assembléia, e se discutirem e votarem proposições da Comissão .

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, Luiz Tadeu Leite, Maria José Hauelsen, Elaine Matozinhos e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/11/2000, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer da relatora, Deputada Maria José Hauelsen.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Nivaldo Andrade, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

COMUNICAÇÃO

O Deputado que esta subscreve comunica, na qualidade de coordenador do Grupo Parlamentar constituído para conhecer das solicitações de acesso a documentos sigilosos, que está apresentando o parecer sobre requerimento solicitando acesso às atas de reuniões secretas realizadas no período de maio de 1963 a junho de 1978.

Sala das Reuniões, 27 de outubro de 2000.

Durval Ângelo

PARECER SOBRE REQUERIMENTO SOLICITANDO ACESSO

A DOCUMENTO SIGILOSO

Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos com Prazo de Restrição Vencido e Proceder a Levantamento Periódico dos Documentos Classificados como Secretos com Prazo de Restrição Vencido

Relatório

Este Grupo Parlamentar, constituído em 10/5/2000, por decisão da Mesa da Assembléa, com as atribuições supramencionadas, motivado pela solicitação de acesso às atas de reuniões secretas realizadas no período de maio de 1963 a junho de 1978, endereçada ao Presidente desta Casa pela imprensa mineira, procedeu a estudos referentes à matéria requerida, cujos resultados formaliza neste parecer.

Fundamentação

O princípio jurídico da publicidade norteia os atos administrativos, não se admitindo ações sigilosas na administração pública, exceto naqueles casos que a própria Constituição Federal ressalva (art. 5º, incisos X e LX), os quais dizem respeito à proteção e à segurança da sociedade e do Estado e à defesa da honra, da intimidade e do nome do cidadão.

Do princípio da publicidade resulta o direito fundamental à informação, proclamado no art. 5º, incisos XIV, XXXIII e XXXIV, "b", da Carta Magna.

Os atos administrativos, por sua vez, se materializam em documentos escritos, cuja guarda e gestão são da responsabilidade do poder público, ao qual cabe também assegurar a todos o acesso e a consulta a esses documentos, como dispõe o art. 216, § 2º, da Constituição Federal.

Isso posto, verifica-se que das disposições constitucionais decorrem dois direitos e um dever, que podem parecer, à primeira vista, contraditórios:

- o direito do cidadão ao pleno acesso às informações contidas nos documentos públicos, fundado no princípio da publicidade;
- o direito fundamental à inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da honra, garantido pelo princípio da dignidade da pessoa humana;
- o dever das autoridades e dos agentes públicos de garantir ao cidadão o exercício desses direitos, de preservar os documentos públicos e de proteger a sociedade e o Estado, quando do acesso à informação puder resultar ameaça à segurança.

A gestão e a proteção governamentais aos documentos públicos são tratados na Lei Federal nº 8.159, de 8/1/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos. No âmbito estadual, há a Lei nº 11.726, de 31/12/94, que fixa os limites de prazo para a restrição do acesso aos documentos públicos classificados como sigilosos, em conformidade com as disposições da lei federal.

O Regimento Interno da Assembléa Legislativa, ao dispor sobre essa matéria em seu art. 40, § 4º, o faz em consonância com as normas federal e estadual, definindo como sigilosos os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado ou a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, estabelecendo os seguintes prazos para o acesso a tais documentos:

I - dez anos contados da data de sua produção, no caso dos documentos cuja publicidade comprometa a segurança da sociedade e do Estado, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período;

II - cem anos contados da data de sua produção, quando de sua divulgação resultar violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Para os documentos produzidos anteriormente à data de vigência do Regimento Interno da Assembléa - 6/11/97 -, o § 8º do referido art. 40 define o seguinte critério, "in verbis":

"§ 8º - Os documentos produzidos antes da vigência desta resolução, classificados como secretos, serão acessíveis aos interessados, completados 20 (vinte) anos de sua produção, salvo quando sua divulgação puser em risco a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem de pessoa neles citada, caso em que, por autorização desta ou de seus herdeiros, o acesso a eles poderá dar-se em prazo inferior ao estabelecido no inciso II do parágrafo anterior".

À luz da legislação pertinente e à vista das disposições regimentais já comentadas, foram examinados por este Grupo Parlamentar os seguintes documentos:

1 - processo relativo ao incidente ocorrido entre os Deputados Daniel de Barros e Waldomiro Lobo, contendo:

- a) dois projéteis;
- b) laudo pericial acompanhado de fotografias e planta baixa dos locais onde foram feitos os disparos;
- c) lista de comparecimento dos Deputados;
- d) requerimento do Deputado Waldir Melgaço, solicitando a votação pelo processo secreto;
- e) ata da reunião secreta, realizada em 16/5/63;
- f) declaração de voto do Deputado Waldir Melgaço;

2 - processo relativo ao parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça sobre o incidente ocorrido entre os Deputados Daniel de Barros e Waldomiro Lobo, contendo:

- a) parecer sobre o processo informativo da Comissão Executiva, concluindo pela apresentação de projeto de resolução;
- b) votos em separado dos Deputados João Navarro e Wilson de Paiva;
- c) parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça sobre o inquérito instalado;
- d) ata da 1ª sessão secreta para apreciar o parecer da Comissão Executiva;
- e) edital de convocação de reunião secreta;
- f) convocação dos Deputados envolvidos e de testemunhas para prestar depoimentos e respectivos termos de declarações;
- g) notas taquigráficas e cópias do projeto de resolução aprovando atos da Comissão Executiva e concedendo licença para processar criminalmente os Deputados;

3 - processo relativo à licença para processar o Deputado Wilson Modesto, contendo:

a) ata da reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, realizada em 16/12/65;

b) ata da reunião secreta em que se deliberou sobre a licença;

4) processo relativo à indicação do Sr. Nelson Boechat Cunha para o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, contendo:

a) Mensagem nº 64, do então Governador do Estado, Sr. Israel Pinheiro;

b) nomeação da Comissão Especial;

c) edital de convocação;

d) parecer e ata da Comissão Especial sobre a mensagem;

f) ata da reunião secreta, data de 6/6/67, em que se deliberou sobre a indicação contida na Mensagem nº 64;

5 - processo relativo aos incidentes ocorridos em Ubá, contendo:

a) lista de comparecimentos dos Deputados;

b) ata da reunião secreta, realizada no dia 21/3/68;

6 - processo relativo à indicação do Sr. Ronaldo Junqueira para o cargo de Prefeito de Poços de Caldas, contendo:

a) Mensagem nº 34/71, do então Governador do Estado, Sr. Rondon Pacheco, datada de 11/7/71, na qual se encontra anexado o currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para a eleição do Presidente e do relator, datado de 18/6/71;

d) ata e parecer, ambos datados de 21/6/71, em que se registram o resultado da eleição para Presidente e para relator da Comissão Especial, bem como a decisão tomada pela Comissão Especial, no que se refere à Mensagem nº 34/71;

e) ata da reunião secreta realizada em 22/6/71, em que se deliberou sobre a indicação contida na Mensagem nº 34/71;

7 - processo relativo à indicação do Sr. José Rodrigues Duarte para o cargo de Prefeito de Araxá, contendo:

a) Mensagem nº 36/71, do então Governador do Estado, Sr. Rondon Pacheco, datada de 15/6/71, na qual se encontra anexado o currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 22/6/71;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para a eleição do Presidente e do relator, datado de 22/6/71;

d) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Mensagem nº 36/71;

e) lista de comparecimento dos Deputados;

f) ata e parecer da Comissão Especial, datado de 23/6/71;

g) voto em separado do Deputado Tarcísio Delgado com relação à Mensagem nº 36/71, datado de 23/6/71;

h) ata da reunião secreta realizada em 24/6/71, em que se deliberou sobre a indicação contida na Mensagem nº 36/71;

8 - processo relativo à indicação do Sr. João Barros Santos para o cargo de Prefeito de Cambuquira, contendo:

Mensagem nº 42/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 21/6/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 23/6/71;

c) edital de convocação da Comissão Especial, a fim de se realizar a eleição do Presidente e de se designar o relator da referida comissão, datado de 23/6/71;

d) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para emitir parecer sobre a indicação, datado de 24/6/71;

e) ata e parecer da Comissão Especial sobre a Mensagem nº 42/71, datados de 24/6/71;

f) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e

g) ata da reunião secreta realizada em 25/6/71, em que se deliberou sobre a Mensagem nº 42/71;

9 - processo relativo à indicação do Maj. Oswaldo Freire da Fonseca para o cargo de Prefeito Municipal de Jacutinga, contendo:

- a) Mensagem nº 43/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 24/6/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 25/6/71;
- c) editais de convocação de reuniões para eleição do Presidente e relator da Comissão Especial e para emitir parecer sobre a indicação, ambos datados de 25/6/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial, datados de 28/6/71;
- e) voto em separado do Deputado Gomes Moreira, datado de 28/6/71;
- f) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- g) ata da reunião secreta realizada em 28/6/71, em que se deliberou sobre a Mensagem nº 43/71;

10 - processo relativo à indicação do Dr. Olímpio Garcia Brandão para o cargo de Prefeito Municipal de Patrocínio, contendo:

- a) Mensagem nº 49/71, de 5/8/71, do então Governador Rondon Pacheco, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 10/8/71;
- c) editais de convocação de reuniões da Comissão Especial e da Assembléia, ambos datados de 10/8/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial, datados de 11/8/71;
- e) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- f) ata da reunião secreta realizada em Plenário, na qual se deliberou sobre a Mensagem nº 49/71, datada de 28/8/71;

11 - processo relativo à indicação do Sr. Josias de Almeida para o cargo de Prefeito Municipal de Passa Quatro, contendo:

- a) Mensagem nº 61/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 14/9/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 16/9/71;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para eleição do Presidente e relator da Mensagem nº 61/71, datado de 21/9/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial, datados de 24/9/71;
- e) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- f) ata da reunião secreta realizada em Plenário, em 27/9/71;

12 - processo relativo à indicação do Sr. Antônio Oswaldo Bernardi para o cargo de Prefeito Municipal de Monte Sião, contendo:

- a) Mensagem nº 64/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 23/9/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 28/9/71;
- c) editais de convocação de reunião da Comissão Especial para eleição do Presidente e relator e apreciação do parecer, datados de 28/9/71;
- d) ata e parecer sobre a Mensagem nº 64/71, datados de 29/9/71;
- e) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- f) ata da reunião secreta realizada em 30/4/71, em que se deliberou sobre a Mensagem nº 64/71;

13 - processo relativo à indicação do Sr. Juarez Bahia Mascarenhas para o cargo de Prefeito Municipal de São Lourenço, contendo:

- a) Mensagem nº 65/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 27/9/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 6/10/71;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 6/10/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial, datados de 7/10/71;
- e) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- f) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 7/10/71;

14 - processo relativo à indicação do Sr. Walter Cordeiro para o cargo de Prefeito Municipal de Lambari, contendo:

- a) Mensagem nº 98/71, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 24/11/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, ocorrida em 26/11/71;
- c) edital de convocação da Comissão Especial, datado de 26/11/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial, datados de 27/11/71;
- e) lista de comparecimento dos Srs. Deputados e
- f) ata da reunião secreta realizada em Plenário, em 28/11/71;

15 - processo relativo à indicação do Sr. Oswaldo Pieruccetti para o cargo de Prefeito Municipal de Belo Horizonte, contendo:

- a) Mensagem nº 20/71, do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 15/3/71, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Mensagem nº 20/71;
- c) ofícios assinados pela Chefia de Divisão da Mesa e pelo Consultor Geral, ambos datados de 15/3/71;
- d) ata e parecer da Comissão Especial e voto em separado dos representantes do PMDB sobre a Mensagem nº 20/71, datados de 17/3/71;
- e) ata da reunião secreta realizada em Plenário, em 17/3/71;

16 - processo relativo à indicação do Sr. Assis Ferreira da Silva para o cargo de Prefeito Municipal de Caldas, contendo:

- a) Mensagem nº 126/72 (Ofício nº 22/72), do então Governador Rondon Pacheco, datada de 20/4/72, à qual se encontra anexado o currículo do economista Assis Ferreira da Silva;
- b) nomeação da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Mensagem nº 126/72, datada de 26/4/72;
- c) edital de convocação da Comissão Especial, datado de 26/4/72;
- d) Parecer sobre a Mensagem nº 126/72, datado de 27/4/72 (original e duas cópias);
- e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 27/4/72;
- f) lista de comparecimento dos parlamentares e
- g) ata da reunião secreta realizada em Plenário, em 27/4/72;

17 - processo relativo à indicação do Sr. Cyro Rodrigues Coelho para o cargo de Interventor do Município de Vila Matias, contendo:

- a) Mensagem nº 127/72, do então Governador Rondon Pacheco, datada de 27/4/72, à qual se encontra anexado o currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Mensagem nº 127/72, datada de 3/5/72;
- c) edital de convocação da Comissão Especial, datado de 3/5/72;
- d) parecer sobre a Mensagem nº 127/72, datado de 5/5/72;
- e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 5/5/72;
- f) lista de comparecimento dos parlamentares e
- g) ata da reunião secreta em Plenário, datada de 9/5/72;

18 - processos relativos às indicações dos Srs. Ivan Moraes de Andrade, Adalberto Maia Barbosa, Regina Almeida, Maria Antonieta Bianchi, Samuel Rocha Barros, João Batista Panisset Sobrinho, Lúcia Monteiro Casasanta, Geraldo Sardinha Pinto e João Baptista Villela para comporem o Conselho Estadual de Educação e do Sr. Higinio Valadares da Fonseca para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Cambuquira, contendo:

- a) Mensagem nº 215/72 (Ofício nº 107/72), do então Governador Rondon Pacheco, datada de 17/11/72 e acompanhada de nove currículos dos referidos educadores;
- b) Mensagem nº 218/72 (Ofício nº 112/72), do então Governador Rondon Pacheco, datada de 21/11/72, acompanhada de currículo, na qual indica o Sr. Higinio Valadares da Fonseca para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Cambuquira;
- c) nomeações das Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre as Mensagens nºs 215 e 218/72, datadas de 27/11/72 e 22/11/72, respectivamente;
- d) edital de convocação da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Mensagem nº 218/72, datado de 22/11/72;

e) pareceres das Comissões Especiais sobre as Mensagens nºs 215/72 (original e duas cópias) e 218/72 (original e uma cópia), ambos datados de 24/11/72;

f) atas das reuniões das Comissões Especiais, datadas de 24/11/72;

g) lista de comparecimento dos Deputados na reunião extraordinária secreta realizada em Plenário, em 24/11/72, e

h) ata da reunião secreta, realizada em 24/11/72, que deliberou sobre as Mensagens nºs 215 e 218/72;

19 - processo relativo à indicação do Sr. Adinar Monteiro de Paula para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Carangola, contendo:

a) a Mensagem nº 254 (Ofício nº 23/73), do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 13/4/73 e acompanhada de currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Mensagem nº 254, datada de 23/4/73;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 24/4/73;

d) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 26/4/73;

e) lista de comparecimento dos Deputados;

f) parecer da Comissão Especial, datado de 2/5/73;

g) ata da reunião secreta de Plenário, realizada em 8/5/73;

20 - processo relativo à indicação do Sr. José Carlos de Alcântara para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Lambari, contendo:

a) a Mensagem nº 361/73 (Ofício nº 1.432/73), do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 27/11/73 e acompanhada de currículo do Sr. José Carlos de Alcântara;

b) nomeação da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Mensagem nº 361/73, datada de 27/11/73;

c) parecer sobre a Mensagem nº 361/73, datado de 28/11/73;

d) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 28/11/73;

e) lista de comparecimento dos Deputados à reunião extraordinária secreta realizada em 29/11/73;

f) ata da reunião extraordinária secreta realizada em 29/11/73, que deliberou sobre a Mensagem Governamental nº 361/73;

21 - processo relativo à indicação do Sr. Sebastião Pinheiro Chagas para o cargo de Prefeito Municipal de Poços de Caldas, contendo:

a) a Mensagem nº 122 (Ofício nº 100/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 27/10/75 e acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 29/10/75;

c) comunicação de substituição de membro na Comissão Especial, datada de 4/11/75;

d) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 31/10/75;

e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 4/11/75;

f) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 4/11/75;

g) cédulas de votação;

h) lista de comparecimento dos Deputados;

i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 6/11/75;

22 - processo relativo à indicação do Sr. José Vicente Lamounier de Vilhena para o cargo de Prefeito Municipal de Lambari, contendo:

a) a Mensagem nº 123 (Ofício nº 99/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 27/10/75 e acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 29/10/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 31/10/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 4/11/75;

e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 4/11/75;

f) declaração de voto em branco do MDB;

g) cédulas de votação;

h) comunicações de substituição de membros na Comissão Especial, datadas de 4/11/75;

i) lista de comparecimento dos Deputados;

j) ata da reunião secreta do Plenário, sem a data de sua realização;

23 - processo relativo à indicação do Sr. Milton Costa para o cargo de Prefeito Municipal de Passa Quatro, contendo:

a) a Mensagem nº 432 (Ofício nº 58/74), do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 13/8/74 e acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 19/8/74;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 20/8/74;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 22/8/74;

e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 22/8/74;

f) lista de comparecimento dos Deputados;

g) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 28/8/74;

24 - processo relativo à indicação do Sr. Newton de Faria Tavares para o cargo de Prefeito Municipal de Patrocínio, contendo:

a) a Mensagem nº 429 (Ofício nº 54/74), do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 6/8/74;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 7/8/74;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 20/8/74;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 22/8/74;

e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 22/8/74;

f) listas de comparecimento dos Deputados;

g) requerimento de adiamento da discussão do parecer da Comissão Especial, datado de 29/8/74;

h) requerimento de votação secreta para o requerimento de adiamento da discussão do parecer, datado de 29/8/74;

i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 29/8/74;

25 - fita contendo a gravação dos acontecimentos ocorridos em Ubá.

26 - processo relativo à indicação do Sr. Luiz Verano para o cargo de Prefeito Municipal de Belo Horizonte, contendo:

a) a Mensagem nº 17 (Ofício nº 64/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 3/4/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/4/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 7/4/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 7/4/75;

e) voto em separado da Bancada do MDB sobre a Mensagem nº 17/75, datado de 7/4/75;

f) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 7/4/75;

g) discurso proferido pelo Deputado Emílio Haddad;

h) listas de comparecimento dos Deputados;

i) cédulas de votação;

j) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 8/4/75;

27 - processo relativo à indicação do Sr. Luiz Morais Cardoso para o cargo de Prefeito Municipal de Jacutinga, contendo:

a) a Mensagem nº 33 (Ofício nº 12/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 28/5/75;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 28/5/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 28/5/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 3/6/75;

e) atas das reuniões da Comissão Especial, datadas de 3/5/75 e 5/5/75, respectivamente;

f) voto em separado da Bancada do MDB, datado de junho de 1975;

g) lista de comparecimento dos Deputados;

h) ata da reunião secreta do Plenário, sem a data de sua realização;

28 - processo relativo à indicação do Dr. Antônio Almeida de Oliveira para o cargo de Prefeito Municipal de Cambuquira, contendo:

a) a Mensagem nº 32 (Ofício nº 11/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 28/5/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 28/5/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 28/5/75;

d) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 3/6/75;

e) voto em separado da Bancada do MDB sobre a Mensagem nº 32, datado de 4/6/75;

f) ata da segunda reunião da Comissão Especial, datada de 5/6/75;

g) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 3/6/75;

h) lista de comparecimento dos Deputados;

i) cédulas de votação;

j) ata da reunião secreta do Plenário, sem a data de sua realização;

29 - processo relativo à indicação do Sr. Leopoldo de Albuquerque Salgado para o cargo de Prefeito Municipal de Caxambu, contendo:

a) a Mensagem nº 34 (Ofício nº 13/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 28/5/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/6/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 3/6/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 5/6/75;

e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 5/6/75;

f) ata da segunda reunião da Comissão Especial, datada de 5/6/75;

g) lista de comparecimento dos Deputados;

h) cédulas de votação;

i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 19/6/75;

30 - processo relativo à indicação do Sr. Aracely de Paula para o cargo de Prefeito Municipal de Araxá, contendo:

a) a Mensagem nº 39 (Ofício nº 19/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 20/6/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 20/6/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 20/6/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 24/6/75;

e) lista de comparecimento dos Deputados;

f) cédulas de votação;

g) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 25/6/75;

31 - processo relativo à indicação do Sr. Sebastião Sérgio Bellini para o cargo de Prefeito Municipal de Caldas, contendo:

a) a Mensagem nº 40 (Ofício nº 18/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 20/6/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 20/6/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 20/6/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 24/6/75;

e) voto em separado da Bancada do MDB, datado de 25/6/75;

f) atas das reuniões da Comissão Especial, datadas de 24/6/75 e 25/6/75, respectivamente;

g) lista de comparecimento dos Deputados;

h) cédulas de votação;

i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 26/6/75.

32 - processo relativo à indicação do Sr. José Gabriel Júnior para o cargo de Prefeito Municipal de Tiradentes, contendo:

a) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/9/75;

b) a Mensagem nº 83 (Ofício nº 61/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 18/9/75, solicitando a devolução da Mensagem nº 69, na qual fazia a indicação do Sr. José Gabriel Júnior para o cargo de Prefeito Municipal, em virtude da desistência do indicado;

c) o Ofício nº nº 1.791/75, do então Presidente da Assembléia, Deputado João Ferraz, devolvendo a Mensagem nº 69, datado de 23/9/75;

33 - processo relativo à indicação do Sr. Josafá Pereira Filho para o cargo de Prefeito Municipal de Tiradentes, contendo:

a) a Mensagem nº 158 (Ofício nº 135/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 24/11/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 24/11/75;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 25/11/75;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 26/11/75;

e) ata da Comissão Especial, datada de 26/11/75;

f) lista de comparecimento dos Deputados;

g) ata da reunião secreta do Plenário, sem a data de sua realização;

34 - processo relativo à indicação do Sr. Luiz José da Fonseca para o cargo de Prefeito Municipal de Tiradentes, contendo:

a) a Mensagem nº 35 (Ofício nº 5/71), do então Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, datada de 15/6/71, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 21/6/71;

c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 21/6/71;

d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 22/6/71;

e) requerimento do Líder da Minoria, Deputado José Luiz Baccarini, datado de 22/6/71;

f) ata da Comissão Especial, datada de 22/6/71;

g) lista de comparecimento dos Deputados;

h) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 23/6/71;

35 - processo relativo à indicação do Sr. Carlos Edil Freitas Fortes para o cargo de Prefeito Municipal de Passa Quatro, contendo:

a) a Mensagem nº 68 (Ofício nº 45/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 2/9/75, acompanhada do currículo do indicado;

b) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/9/75;

- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 4/9/75;
- d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 10/9/75;
- e) correspondência dos representantes do MDB, datada de 10/9/75;
- f) atas da Comissão Especial, datadas de 8/9/75 e 10/9/75, respectivamente;
- g) cédulas de votação;
- h) lista de comparecimento dos Deputados;
- i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 16/9/75;

36 - processo relativo à indicação do Sr. Afrânio Amaral para o cargo de Prefeito Municipal de Patrocínio, contendo:

- a) a Mensagem nº 67 (Ofício nº 48/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 2/9/75, acompanhada do currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/9/75;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 4/9/75;
- d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 9/9/75;
- e) voto em separado dos representantes do MDB;
- f) ata da Comissão Especial, datada de 9/9/75;
- g) cédulas de votação;
- h) lista de comparecimento dos Deputados;
- i) ata da reunião secreta do Plenário, datada de 17/9/75;

37 - processo relativo à indicação do Sr. Mário Mascarenhas de Oliveira para o cargo de Prefeito Municipal de São Lourenço, contendo:

- a) a Mensagem nº 70 (Ofício nº 46/75), do então Governador do Estado, Dr. Aureliano Chaves, datada de 2/9/75, acompanhada do currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, datada de 3/9/75;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 8/9/75;
- d) comunicação de substituição de membro na Comissão Especial, datada de 10/9/75;
- e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 8/9/75;
- f) voto em separado dos representantes do MDB, datado de 10/9/75;
- g) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 10/9/75;
- h) ata da segunda reunião da Comissão Especial, datada de 10/9/75;
- i) cédulas de votação;
- j) lista de comparecimento dos Deputados;
- l) ata da reunião secreta do Plenário datada de 17/9/75;

38 - processo relativo à indicação do Sr. José Antônio Moisés para o cargo de Prefeito de Caldas, contendo:

- a) a Mensagem nº 96 (Ofício nº 71/71), do então Governador do Estado Rondon Pacheco, datada de 23/11/71, acompanhada do currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 14/11/71;
- d) parecer da Comissão Especial sobre a indicação, datado de 25/11/71;
- e) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 25/11/71;

39 - processo relativo à indicação do Sr. Ronaldo Junqueira para o cargo de Prefeito de Poços de Caldas, contendo:

- a) a Mensagem nº 814/78, do então Governador do Estado Levindo Ozanam Coelho, datada de 16/8/78, acompanhada do currículo do indicado;
- f) nomeação da Comissão Especial;
- g) edital de convocação de reunião da Comissão Especial para a eleição do Presidente e do relator, datado de 22/8/78;
- h) comunicações de substituição de membros na Comissão Especial;
- i) ata e parecer, ambos datados de 24/8/78, em que se registram o resultado da eleição para Presidente e para Relator da Comissão Especial e a decisão tomada pela Comissão Especial, no que se refere à Mensagem nº 814/78;
- j) parecer do vencido e voto em separado à Mensagem nº 814/78;
- l) lista de comparecimento dos Srs. Deputados;
- m) ata da reunião secreta realizada em 31/8/78, em que se deliberou sobre a indicação contida na Mensagem nº 814/78;

40 - processo relativo à indicação do Sr. Sebastião Tibúrcio Ribeiro para o cargo de Prefeito de Passa-Quatro, contendo:

- a) a Mensagem nº 741 (Ofício nº 40/78), do então Governador do Estado Aureliano Chaves, datada de 15/5/78, acompanhada do currículo do indicado;
- b) nomeação da Comissão Especial, datada de 22/5/78;
- c) edital de convocação de reunião da Comissão Especial, datado de 22/5/78;
- d) ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente e designação do relator, datada de 24/5/78;
- e) parecer da Comissão Especial quanto à indicação, datado de 29/5/78;
- f) comunicação de substituição de membro na Comissão Especial, datada de 30/5/78;
- g) voto em separado do Deputado Ferraz Caldas, datado de 31/5/78;
- h) ata da reunião da Comissão Especial, datada de 30/5/78;
- i) voto em separado do Deputado Morvan Acayaba, datado de 30/5/78;
- j) parecer do vencido sobre a Mensagem nº 741, datado de 30/5/78;
- l) Ofício nº 787/78, do então Presidente da Assembléia Deputado Antônio Dias, datado de 8/6/78, informando ao Governador a aprovação da indicação;

41 - processo relativo à perda de mandato do Deputado Jorge Carone, contendo:

- a) pasta com boletins de ocorrência do veículo AL-5;
- b) pasta com fichas de serviço do veículo AL-5;
- c) pasta com a Representação nº 1 e documentos relacionados com a sua tramitação;
- d) pasta com documentos relativos aos trabalhos da Comissão Especial e ata da reunião secreta realizada em 8/12/67, em que se deliberou sobre o Projeto de Resolução nº 1.425/77, que declara a perda do mandato.

Após acurada avaliação dos documentos, constatou-se que eles, em princípio, poderão ser liberados à consulta pública, tendo em vista a expiração do prazo estabelecido para que permanecessem classificados como secretos e considerando-se que neles não constam informação nem referência que firam a intimidade, a honra ou a imagem de pessoas neles citadas.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos que as referidas atas passem ao domínio público e, como tal, possam ter seu acesso franqueado àqueles que as queiram consultar.

Sala das Reuniões, 27 de outubro de 2000.

Durval Ângelo, coordenador - Sebastião Navarro Vieira, relator - Alberto Pinto Coelho - Ermano Batista - Dalmo Ribeiro Silva.

- Publicado, inclua-se o parecer em ordem do dia.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.189/2000

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre as empresas de asseio e conservação e dá outras providências.

Encaminhada preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora a proposição a esta Comissão para o parecer de mérito.

Fundamentação

A proposição em análise procura disciplinar as atividades das empresas de asseio e conservação em atividade no Estado, a fim de criar uniformidade de atuação.

Essa iniciativa vem instituir regras claras para o exercício de um ramo de atividades que tem apresentado constante crescimento nos últimos tempos, estimulando o aparecimento de empresas desqualificadas e oportunistas, que, aproveitando-se da ausência de uma legislação pertinente, vêm-se lançando no mercado de maneira irresponsável, causando prejuízos de toda natureza, em razão das irregularidades cometidas na prestação desses serviços.

Assim sendo, a legislação proposta obrigará as empresas a se adequarem às novas regras, trazendo aos consumidores maior proteção aos seus interesses e direitos.

Ademais, a lei a ser instituída vai obrigar as empresas do ramo a se inscreverem na Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e na Junta Comercial, para que lhes sejam concedidos os registros de funcionamento, o que dará ao poder público melhores condições de fiscalização, no âmbito administrativo, no fiscal e no das obrigações trabalhistas.

Conclusão

Em face do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.189/2000, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Fábio Avelar, Presidente e relator - Maria Olívia - Adelino de Carvalho - Ambrósio Pinto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.215/2000

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Presidente do Tribunal de Justiça, o projeto de lei em epígrafe foi encaminhado a esta Casa Legislativa por meio do Ofício nº 5/2000 e objetiva reajustar os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário e dar outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 30/9/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 189, c/c o art. 102 do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Por seu turno, cabe a esta Comissão o exame do mérito da proposição, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

Com base no processo de revisão da remuneração dos servidores públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo, por meio das Leis Delegadas nº 41,42 e 44, editadas pelo Governador do Estado, a proposição em epígrafe propõe um reajuste de 10% incidente sobre os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário, da mesma forma como propõem os Projetos de Lei nºs 1.223 e 1.240/2000, de autoria, respectivamente, do Ministério Público e da Mesa da Assembléia Legislativa, para os seus servidores.

Sem uma política remuneratória desde o ano de 1994 e, principalmente, sem nenhum reajuste salarial, os servidores públicos do Estado de Minas Gerais já não suportam esse arrocho.

Com efeito, desde a implantação do programa de estabilização econômica e da emissão do real como a nova unidade de moeda nacional, nenhuma medida foi adotada para repor as perdas salariais dos servidores públicos, como demonstra a realidade dos fatos.

Tal constatação contraria os preceitos constitucionais relativos aos servidores públicos no tocante, especialmente, à instituição de uma política de remuneração de pessoal, determinada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4/6/98. Já se passaram quase dois anos, sem que algo de concreto tenha sido realizado.

É sabido, por outro lado, que, com o advento da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, foram instituídos rígidos limites de despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nesse contexto, ressaltamos a relevância da iniciativa proposta, fruto de estudos das áreas técnicas do Poder Judiciário, do Ministério Público e desta Casa Legislativa, sensíveis às penalidades impostas aos agentes públicos que infringem a Lei de Responsabilidade Fiscal e à insatisfação e baixa estima de todas as categorias de servidores.

Sendo assim, é justa e oportuna a concessão do reajuste ora proposto, considerado, a nosso ver, mais uma ação complementar das adequações promovidas no plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, objetivando a valorização destes e a eficiência na prestação dos serviços, do que uma expressão de política remuneratória.

A razão do reajuste isonômico para os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Assembléia Legislativa está na semelhança entre os planos de carreira respectivos, diferentemente da realidade da estrutura organizacional do Poder Executivo.

Por outro lado, outra razão impõe que o reajuste seja concedido na mesma data estabelecida pelo Governador do Estado para os seus servidores, superando-se o atraso na deflagração do processo.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que a reforma administrativa determinada pela Emenda Constitucional nº 19/98 visa a constituir uma geração de servidores altamente qualificados, seja mediante novos concursos, seja mediante mecanismos de capacitação, questão que envolve, indiscutivelmente, a fixação dos padrões de vencimentos e a implementação de um sistema remuneratório, para que, nesse aspecto, a reforma se consolide.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.215/2000.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000 .

Doutor Viana, Presidente - Sebastião Navarro Vieira, relator - Sargento Rodrigues - Arlen Santiago - José Henrique.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.223/2000

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, o projeto de lei em epígrafe foi encaminhado a esta Casa Legislativa por meio do Ofício nº 3/2000 e objetiva reajustar o valor do índice básico de vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dar outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 189, c/c o art. 102 do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Por seu turno, cumpre a esta Comissão o exame do mérito da proposição, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

O projeto em análise visa a reajustar em 10% os vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público, da mesma forma como propõem os Projetos de Lei nºs 1.215 e 1.240/2000, de autoria, respectivamente, do Presidente do Tribunal de Justiça e da Mesa da Assembléia Legislativa, para os seus servidores.

Amparados nas leis delegadas editadas pelo Governador do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público e esta Casa Legislativa propõem, ainda, a aplicação do reajuste em julho do corrente ano, data estabelecida para a reestruturação do sistema remuneratório dos servidores públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo, da Polícia Civil e Militar do Estado.

A relevância e o alcance dessa proposta se verificam, principalmente, no fato de que os servidores a que se referem a proposição e os projetos de lei citados estão sem reajuste desde o ano de 1994, data da Lei Estadual nº 11.510, que suspendeu, por meio do art. 9º, a vigência do sistema remuneratório de reajustamento previsto na Lei Estadual nº 11.115, de 1993.

Com efeito, com o programa de estabilização econômica, que alterou substancialmente a conjuntura econômica nacional, justificou-se a alteração das regras até então estabelecidas, que previam reajustes quadrimestrais, com antecipações bimestrais, baseados na variação nominal da receita líquida. Tal metodologia foi adotada para minimizar a perda do poder aquisitivo dos servidores públicos, em virtude dos altos índices inflacionários naquele período.

Por outro lado, a realidade tem demonstrado que as medidas de combate à inflação implantadas pelo Governo Federal impuseram o arrocho salarial a todas as categorias de servidores.

A par dessa constatação, pouco se fez, em termos de política de pessoal, principalmente desde a reforma administrativa determinada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Ressalte-se que sobretudo questões relativas a pessoal foram objeto dessa reforma, como, por exemplo, a ênfase no princípio da eficiência concomitantemente à implantação de uma política de qualificação do servidor. Outra questão de grande relevância é a instituição, em todas as esferas de governo, de um conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes, conforme estabelece o art. 39 da Constituição da República, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Os planos de carreira também merecem destaque, pois se apresentam como um dos componentes do sistema remuneratório de pessoal. Vale lembrar que o Poder Judiciário e o Ministério Público já promoveram algumas alterações nos planos de carreira dos seus respectivos servidores e o Tribunal de Contas está por efetivar proposta neste sentido, tão logo o projeto de lei que tramita nesta Casa seja transformado em lei.

Todavia, isso só não basta. Impõe-se, ainda, urgentemente, um reajuste conforme o proposto, apresentado em conjunto por representantes das áreas técnicas do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Assembléia Legislativa, tão oportuno no momento em que se vislumbra a idéia de uma administração colegiada paralelamente aos rígidos limites de despesa com pessoal ativo e inativo fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com efeito, a proposta de um reajuste isonômico vai ao encontro do sistema remuneratório adotado pelos órgãos mencionados, tendo em vista a estrutura dos planos de carreira respectivos e a fixação de uma tabela de escalonamento vertical.

Não obstante a revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo e dos militares do Estado estar sendo diferenciada, é reconhecido o direito dos servidores do Ministério Público e dos demais Poderes de receber o reajuste a partir de julho, conforme estabeleceram as leis editadas pelo Governador do Estado, especialmente pelo fato de que a deflagração do processo nesta Casa Legislativa somente agora é que suscitou a necessidade de se retroagir a data de vigência.

Finalmente, ressaltamos quanto é fundamental que os servidores compreendam as sanções decorrentes de atos praticados pela inobservância dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, a repercussão de tais atos sobre a sociedade.

Doravante, serão imprescindíveis ações nas diferentes esferas de Poder e nos órgãos institucionais, para dar, cada vez mais, transparência à prestação das contas públicas.

Quanto às Emendas nºs 1 e 2, reconhecemos a sua conveniência, notadamente da Emenda nº 1, que adequou a proposição aos princípios constitucionais norteadores da administração pública.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.223/2000 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2000.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Doutor Viana, relator - Sargento Rodrigues - Arlen Santiago - José Henrique.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.240/2000

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, o projeto de lei em epígrafe objetiva reajustar os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 20/10/2000, o projeto foi distribuído às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 189, c/c o art. 79, VIII, letra "a", do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Cabe, agora, a esta Comissão o exame do mérito da proposição, fundamentado nos seguintes termos.

Fundamentação

O projeto de lei submetido ao nosso exame objetiva conceder um reajuste de 10% incidente sobre os vencimentos dos servidores desta Casa Legislativa, nos moldes propostos pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público para os seus servidores, por meio dos Projetos de Lei nºs 1.215 e 1.223/2000, respectivamente.

Fruto de estudos das áreas técnicas da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público, a proposta busca minimizar as perdas salariais decorrentes da inexistência de uma política remuneratória desde o ano de 1994, data da implantação do programa de estabilização econômica, o qual impôs a suspensão da vigência do sistema de reajustamento previsto para os servidores públicos do Estado.

Destaca-se a relevância da iniciativa proposta, notadamente pelo fato de que o percentual estabelecido para o reajuste demonstra sensibilidade às novas regras instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para o controle dos gastos públicos, e às penalidades impostas, uma vez que, reconhecidamente, não corresponde aos anseios de todas as categorias de servidores.

O caráter isonômico do reajuste também se justifica pela semelhança que há entre as estruturas dos planos de carreira dos servidores dos referidos órgãos.

Quanto à aplicação da lei a partir de julho, ressaltamos que esse é um direito que deve ser reconhecido, uma vez que objetiva tão-somente superar o atraso na deflagração do processo nesta Casa.

De todo o exposto, cumpre-nos ressaltar que a reforma administrativa determinada pela Emenda à Constituição nº 19/98 dá ênfase à fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, razão pela qual a proposição merece o nosso acolhimento.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.240/2000.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de outubro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - Gil Pereira, relator - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

184ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/10/2000

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Maria José Hauelsen, imprensa, senhores e senhoras, estamos contentes em poder comunicar a este Plenário e a Minas Gerais que, finalmente, houve um entendimento entre o Tribunal de Justiça e o Executivo, por meio do Secretário da Fazenda, para a regulamentação do selo de fiscalização dos cartórios. Isso significará um aumento de receita para o Estado na ordem de mais de R\$70.000.000,00. Significará maior segurança para todos os usuários, para todos aqueles que precisam de documentos firmados ou reconhecidos por cartórios, que, por meio do selo de fiscalização, terão maior confiabilidade. No Rio de Janeiro, o Poder Judiciário, em qualquer documento solicitado, exige o selo de fiscalização. Ocorreu um fato engraçado. Em uma ação de Minas Gerais, o Juiz, do Rio de Janeiro, determinou que a documentação somente seria válida se tivesse o selo de fiscalização. Como ainda não estava regulamentado, o advogado teve de comprovar isso.

Estamos colocando nas mãos do Poder Judiciário, por meio da Corregedoria, órgão encarregado da fiscalização, um instrumento eficiente e eficaz, permitindo o controle de todos os atos notariais e de cartório no Estado. Durante a conversa realizada ontem à tarde, ficou evidente que não havia má-vontade por parte somente do Judiciário, cujo Presidente demonstrou que, desde o mês de abril, tentava um acordo com a Secretaria da Fazenda, que resistia. Havia, então, uma disputa de interesses, que, embora lícitos, configuravam disputa. Ontem, chegou-se a um acordo.

Estamos contentes, porque uma lei sancionada em março terá agora sua regulamentação. Provavelmente, devido a informações de assessores do Judiciário, dentro de no máximo 60 dias, poderemos contar com esse selo de fiscalização, que terá custo zero para o usuário.

Além disso, teremos outro benefício. Os cartórios de registro civil são os primos pobres dos outros cartórios. Estão passando fome e tomando dinheiro emprestado, na expectativa da regulamentação do selo. Tais cartórios dão a gratuidade nas certidões de nascimento e de óbito, obedecendo àquela lei demagógica do Governo Federal, quando implantou o selo, obrigando que os pobres dessem, mas não determinou quem pagaria a conta. Portanto, será criado um fundo - cujos recursos serão colhidos de todos os outros cartórios, dos primos ricos -, que irá subsidiar aqueles que dão gratuidade.

Estamos muito satisfeitos. Tenho a certeza de que Minas Gerais ganhou, os cofres públicos agradecem, a sociedade agradece. O Poder Judiciário também deve estar muito feliz,

porque agora tem um instrumento de fiscalização. Os sonegadores e falsificadores ficaram tristes. No entanto, se ficaram tristes é bom para a sociedade.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é dizer que, nesta reta final do segundo turno das eleições de Belo Horizonte, estão sendo utilizados os mesmos mecanismos do primeiro, por meio da falsificação das pesquisas, da massificação feita pela imprensa, induzindo o povo a acreditar que aquilo que se publica é verdadeiro. O Senador Roberto Requião denunciou os erros grosseiros cometidos pelo Instituto Data Folha, que, em alguns Estados, está dando resultados extremamente desfavoráveis para o próprio PT. No primeiro turno, não deixaram que o Deputado João Leite saísse dos 22%, pois a estratégia era fazer todos pensarem que o jogo estava decidido no primeiro turno. Se já estava decidido, não adiantaria nem votar. No dia da eleição, os jornais estampavam manchetes, dizendo que no primeiro turno estava tudo decidido. No dia anterior, a Rede Globo de Televisão anunciava para todo o Brasil que as eleições de Belo Horizonte seriam decididas no primeiro turno.

No dia seguinte, terminada a votação, a própria Rede Globo de Televisão, que não tinha nada organizado para entrevistar João Leite, em cima da hora, montou um esquema porque percebeu, na pesquisa de boca-de-urna, que o resultado era outro, bem diferente daquilo que fizeram a sociedade belorizontina supor.

O que estamos verificando agora é que começa novamente esse movimento. O povo de Belo Horizonte sabe. Está difícil andar pelas ruas com João Leite, tal é o assédio das pessoas. No Barreiro, tiveram que fechar o comércio. Quando andamos pelas ruas, vemos uma pesquisa e, quando lemos os jornais, vemos outra, completamente diferente. O erro quanto ao 1º turno foi de 10 pontos. A própria pesquisa dava: margem de erro, 3,5. Não há outra justificativa senão uma orquestração de manipulação da informação, tentando induzir. Aliás, acho vergonhoso que este País admita a publicação de pesquisa da forma como é feita, sem nenhuma responsabilidade. No Congresso Nacional, será feita essa discussão, e, certamente, será feita essa correção e essa proibição.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Também considero que as pesquisas, quando manipuladas, realmente, podem alterar, modificar e até influenciar resultados eleitorais. Considero, também, que a pesquisa, quando não é bem feita, pode expressar um resultado que não é o correto.

No entanto, a pesquisa é uma análise de cada um dos momentos de um processo. Uma pesquisa feita hoje pode não valer para amanhã nem para o dia seguinte, e assim sucessivamente. O que me estranha, Deputado Miguel Martini, é que, diante da crítica que V. Exa. faz, parece que seu candidato não está aproveitando esta reflexão. O que vejo na televisão é que a campanha do Deputado João Leite utilizou intensiva, sistematicamente, uma pesquisa feita seis dias depois do processo do 1º turno e os dias seguintes sucessivos. Mas o que estranho é que depois passou a usar outra pesquisa, fundamentada em outro referencial, não usando a mesma referência do Data Tempo. Quando o Data Tempo apresentou determinado resultado que sinalizava favorecimento do Deputado João Leite, foi largamente utilizado. O Data Tempo já produziu outra pesquisa, com outro resultado, mostrando que o Dr. Célio de Castro estava crescendo mais do que o João Leite.

O que é grave, Deputado Miguel Martini, mais do que eventualmente as pesquisas manipularem resultados, é o fato de os candidatos utilizarem o resultado das pesquisas para manipular os seus resultados. Então, gostaria que V. Exa. levasse esse mesmo recado ao conjunto daqueles que apoiam o Deputado João Leite.

O Deputado Miguel Martini - Ok. O que não podemos é ficar em desigualdade de condições. Não temos a máquina nas mãos, como tem o Prefeito Célio de Castro, para acertar com os meios de comunicação. Usa essa máquina para publicar suas pesquisas segundo seus interesses. Não podemos deixar de mostrar isso, uma vez que está cometendo esse ato acintosamente. Usa não só o programa gratuito de televisão, como também a mídia. Aquilo que foi publicado no dia da eleição é vergonhoso em qualquer país sério do mundo.

O que queremos ressaltar é a nossa segurança nas ruas. As ruas estão mostrando dados completamente diferentes. A análise que temos feito não poderia ser outra. Quando analisamos um e outro candidato, percebemos que esse Prefeito e seus correligionários não conseguem uma vírgula de contestação sobre a vida política, pessoal e familiar do candidato Deputado João Leite. A única estratégia que têm é fazer pensar que vai presidir o Brasil, porque joga tudo sempre para o Governo Federal, em vez de discutir as questões municipais, esse Prefeito nunca é culpado de nada. Se há problema, é o Governo Federal, é o Governo Estadual. A Prefeitura não tem problema. Se acertou, foi o Prefeito, mas é tão pouco o que acertou, que prefere dizer que é o Governo Federal. Como aquele absurdo de tentar vincular a imagem de João Leite aos paulistas, ao Juiz Lalau, fatos que a sociedade de Belo Horizonte não aceita.

Tenho andado pelas ruas e pessoas têm me dito: "Ia votar no Célio, mas não vou mais, pelas ofensas violentas, agressivas, até à honra do Deputado João Leite, que, como disse muito bem o Prof. Elias Murad, é geneticamente correto. Ainda que quisesse, não conseguiria agir errado, porque é constituído dessa maneira geneticamente.

Se analisarmos a vida familiar do Deputado João Leite, quer com seus pais, quer com sua esposa e filhos, vamos ver que há uma grande distância entre ele e o outro candidato. Se analisarmos pelo aspecto moral, espiritual, religioso, há uma imensa distância. O outro tem princípios completamente desligados dos valores cristãos, éticos e morais. Se analisarmos administrativamente, só neste último ano R\$16.000.000,00 foram aplicados sem licitação. Isso significa dizer que escolhe a quem vai dar uma obra. Se olharmos pelo aspecto da competência, da liderança, percebemos que esse Prefeito está absolutamente isolado da Grande BH, do Governo Estadual, do Governo Federal. Criou uma ilha, ao passo que o Deputado João Leite tem abertura: 25 Prefeitos da Grande BH vieram hipotecar-lhe apoio, o Governador do Estado está aberto a conversar também. O Deputado João Leite tem absoluta abertura e a alma muito grande para conversar com o Governador, com o Governo Federal, com os Deputados Federais, para pedir recursos. É para isso que temos o Deputado Federal: para defender a sua região, o seu Estado.

Então, as comparações têm uma distância muito grande. E o que faz o Prefeito? Usa a máquina. Acintosamente. Usa os funcionários da Prefeitura, usa a máquina municipal. Para quê? Porque está bem claro que tem um pensamento comunista. Até respeitamos, cada um tem a ideologia com que se sente mais à vontade. Como comunista de carteirinha que sempre foi, nem ele se identifica assim, quer dizer, os fins justificam os meios. Então, não importam os 12 direitos de resposta que o Deputado João Leite teve, de respostas a agressões à sua moral, nem o processo criminal contra o Prefeito.

Tudo isso a sociedade de Belo Horizonte está vendo, e vemos, cada dia mais, as pessoas aderindo à candidatura do Deputado João Leite. Já estamos vendo espalhados pela cidade os dizeres: "Agora sou João Leite". São pessoas que refletiram melhor e perceberam que João Leite significa a renovação, a verdadeira mudança. Significa Belo Horizonte voltar a crescer, voltar a se desenvolver, sair desse isolamento imposto por esse Prefeito. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, amigos das galerias, senhoras e senhores, antes de iniciar o nosso pronunciamento, gostaríamos de dizer para esta Casa que a Comissão Especial que discute o Micro Geraes esteve na cidade de Pouso Alegre ontem, sob a Presidência do Deputado Chico Rafael, e realizamos uma importante reunião na ACIPA, com a presença de inúmeros empresários.

Colhemos todas as sugestões, como estamos fazendo. Essa foi a última viagem da Comissão. Já percorremos Uberaba, Uberlândia e, ontem, Pouso Alegre. Temos certeza absoluta de que a Comissão, no prazo legal, previsto para o dia 31, de acordo com o Regimento, entregará ao Sr. Presidente todas as sugestões.

Gostaria, ainda, de parabenizar o povo pouso-alegrense, por meio do dinâmico Deputado Chico Rafael, que aqui se encontra, pois Pouso Alegre é exemplo e orgulho do povo sul-mineiro. Hoje, essa cidade está completando 152 anos de emancipação política. Para nós, povo sul-mineiro, Pouso Alegre representa um pólo de desenvolvimento, de cultura e de comércio. Tanto isso é verdade, que conseguiu classificar-se em primeiro lugar.

Portanto, quero parabenizar o Deputado Chico Rafael, o Prefeito Jair Siqueira e o Prefeito eleito Enéas Chiarini e estender os cumprimentos ao Dr. Mesquita e a todos os Vereadores que compõem a Câmara Municipal. Este é um momento muito importante para o Sul de Minas e para Minas Gerais.

"Minas deixa o Rio de Janeiro em 3º lugar". "Minas agora é o 2º em competitividade". São essas as manchetes do jornal "Estado de Minas", edição de ontem, que traz a alvissareira notícia de que o Estado de Minas Gerais passa a ocupar o 2º lugar em competitividade no Brasil. Esse é o resultado apontado em pesquisa realizada pela empresa de consultoria Simonsen Associados.

A auspiciosa notícia, sem sombra de dúvida, merece uma profunda reflexão, em razão dos seus múltiplos desdobramentos e das conclusões que produz. A primeira delas permite-nos refutar, com os números exibidos na pesquisa, os ataques sofridos pelo nosso Governador Itamar Franco, a quem tentaram imputar a responsabilidade pela suposta redução nos investimentos em Minas Gerais, a partir do início de sua administração, pelo fato de ele contestar, com veemência, a política neoliberal, de resultados desastrosos, praticada pelo

Governo Federal.

Ora, estão mais do que evidenciados os perversos efeitos produzidos por essa política econômica do Governo Fernando Henrique, que privilegia o pagamento de juros das elevadas dívidas interna e externa em detrimento das políticas sociais, necessárias à promoção do desenvolvimento sustentado, única opção eficiente para geração de renda e sua justa distribuição. É contra essas mazelas que se bate o nosso Governador, dando voz ao sentimento de Minas, alicerçado nas mais caras tradições de nosso povo, insurgindo-se contra essa nova modalidade de derrama, que a todos nós sacrifica.

Por outro lado, um dos fatores apontados como responsáveis por esse crescimento é exatamente a diversificação da economia mineira. Verifica-se, hoje, que o Estado de Minas Gerais já não depende somente da mineração e da siderurgia. Outros ramos de atividade registraram considerável avanço, como é o caso do setor têxtil, da indústria de alimentos, do setor moveleiro, da agroindústria, dos setores automotivo e de autopeças, de cimento e de turismo.

Cumpra salientar que um dos principais agentes ensejadores dessa nova realidade de nossa economia é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, cuja atuação firme e determinada tem permitido a criação **de bases sólidas para uma economia dinâmica, diversificada e auto-sustentável, incorporando modernos valores, entre eles a inovação e a qualidade.**

Na verdade, o BDMG revela-se consciente de sua condição de instituição de vanguarda, em que a preocupação com a atualização tecnológica é permanente.

É com a decisiva participação do BDMG que podemos enumerar, a partir de 1999, importantes investimentos realizados em nosso Estado, sob a batuta de nosso Governador, notadamente na região sul-mineira, que tenho a honra de representar nesta Casa, junto com outros companheiros.

É o caso da Bauducco, instalada no Município de Extrema, da Dubbar, em Itapeva, da fábrica da CMV, que produzirá equipamentos rodoviários em Careçu, da Walitta, com moderna unidade em Varginha, já instalada e em funcionamento.

Vale lembrar, ainda, o promissor pólo moveleiro de Uberaba, onde se destacam os investimentos realizados pela Satipel para a produção de aglomerados de madeira, também incentivados pela redução na alíquota de ICMS, conforme projeto de lei de nossa autoria, sancionado pelo nosso Governador.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo por trazer esse pronunciamento à tribuna, com essa notícia alvissareira do novo surto de crescimento em Minas, que esperamos possa ser, daqui para frente, uma constante. Quero parabenizá-lo, também, porque assisti, pela Rede Minas, à inauguração do aeroporto no Sul de Minas, feito pelo Governador Itamar Franco, na qual V. Exa. teve um papel fundamental.

Concordo com V. Exa. que o crescimento econômico é fruto de uma vontade do Governo. Não se cresce economicamente a bel-prazer do mercado. É uma balela neoliberal, que é preciso ser repudiada, esperar que o crescimento venha apenas com a vontade do mercado e que o Estado não tenha papel de interferência no crescimento do País, do Estado ou do município. É exatamente essa balela neoliberal que fez com que o povo brasileiro desse um recado nas urnas e continue dando um recado muito claro aos neoliberais: é hora de uma mudança global no Brasil. O que se estranha é que, em Belo Horizonte, o candidato dos tucanos, neoliberal, o Deputado João Leite, queira desvencilhar os problemas que existem nos municípios e em Belo Horizonte dos problemas nacionais, como se isso fosse um tema absolutamente inoportuno, como se nas eleições não estivesse em jogo, também, a política neoliberal do Governo Federal, que tanto desemprego, miséria e sofrimento tem trazido a todo o povo brasileiro. Acho que é exatamente o repúdio por essa política que tem feito com que os candidatos neoliberais percam as eleições no País inteiro e vemos isso se repetindo em Belo Horizonte. Trata-se de uma disputa política, em que o povo de Belo Horizonte quer continuar no rumo das mudanças, assim como todo o povo brasileiro. A candidatura tucana em Belo Horizonte seria - é claro que o candidato não será eleito - o significado do retrocesso político, da volta dos neoliberais, da volta dos tucanos e de sua política de desemprego, de desmonte do serviço público e de arrocho salarial. Por isso é que a candidatura de Célio vem crescendo, apesar de toda a máquina do Governo Federal, de toda a equipe de Ministros e de todos os poderosos do Brasil inteiro. Em Belo Horizonte, os tucanos queriam ter o sabor da vitória, mas não terão, pois esse repúdio é nacional, e, além disso, há a bem-sucedida administração do Prefeito Célio de Castro. Esse crescimento a que estamos assistindo agora em Minas e em que, V. Exa. está mostrando, houve o "dedo" de Itamar Franco, em Belo Horizonte teve, também, o "dedo" do Prefeito Célio de Castro. Obrigado. **Quero ressaltar, ainda, com muita alegria, a assinatura de protocolo de intenções para a implantação, no Município de Ouro Fino, da empresa CSC Comércio e Importação Ltda., que vai investir na cidade de Ouro Fino US\$800.000,00 para a fabricação de artefatos em aço inox. Essa assinatura ocorreu, exatamente, na última segunda-feira, quando o Governador Itamar Franco inaugurou o aeroporto municipal de Ouro Fino.**

Merece registro, pelo empenho com que se tem dedicado ao bom êxito dessa missão, o trabalho realizado pelo Presidente do BDMG, Dr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, no atendimento das demandas de todos aqueles que recorrem ao BDMG, bem como do Senador Murilo Badaró, que sempre atende às solicitações da região sul-mineira, visando ao crescimento de Minas Gerais.

Certamente, a notícia que aqui registramos merece ser comemorada, sobretudo, porque serve de estímulo à realização de outros investimentos. Demonstra também que Minas Gerais está no caminho certo e nele persistirá, colhendo resultados positivos para o seu progresso e desenvolvimento, em benefício de nossa população.

Portanto, Sr. Presidente, desejo congratular-me com o Governador Itamar Franco e com toda a sua equipe, destacando aqui o trabalho desenvolvido pela Secretaria da Indústria e Comércio, por meio do Secretário Francisco José de Oliveira, e pelas empresas a ela vinculadas: o INDI, verdadeiro parceiro do empresário em Minas Gerais, por seu Presidente, Guilherme Machado Filho, e a CDI, presidida pelo Dr. Pedro Magalhães, lembrando, também, o importante trabalho desenvolvido à frente daquela Secretaria por nosso distinto colega Deputado Geraldo Rezende.

Cumprimento, também, os nossos empresários, importantes parceiros nessa empreitada pelo crescimento de Minas Gerais. Sem dúvida, é hora de enviarmos todos os esforços para que esse momento torne-se uma contínua realidade, para o bem de Minas e do Brasil.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações que fazemos nesta tarde, convictos de que Minas Gerais não está paralisada, jamais esteve paralisada durante o Governo Itamar Franco, ao contrário, o nosso Estado cresce e muito, avança com passos firmes e determinados, acima de tudo, pela dignidade do Governador, pelo exemplo de cidadania que tem demonstrado a Minas e ao Brasil. Sem dúvida alguma, se alcançamos o 2º lugar em competitividade, é graças a essa política de Itamar Franco e sua equipe, que se contrapõe à política de Fernando Henrique, a qual tem nos trazido consequências graves. Mas nada nos abaterá, porque o exemplo de Itamar Franco contribui para a grandeza de Minas Gerais, tornando o nosso Estado o primeiro em tudo: na cidadania, na cultura, nas tradições e por sua gente hospitaleira e amiga. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados: o "Jornal do Brasil" de 17/10/2000 registrou uma das mais tristes realidades do País. A matéria, intitulada "Brasil tem 16 milhões de famintos" reproduz o triste diagnóstico da nossa realidade. O relatório do Fundo para a Agricultura e a Alimentação, da Organização das Nações Unidas, revela que existem mais de 16 milhões de brasileiros famintos e inclui o Brasil como o pior entre todos os países da América do Sul, no que diz respeito ao consumo de calorias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa realidade, certamente, deixa sensibilizados todos os parlamentares desta casa. A propósito, como um dos representantes de uma das regiões mais sofridas do Brasil, quero chamar a atenção das autoridades do Governo Estadual para o que pode acontecer com o orçamento de 2001, cujo projeto tramita nesta Casa. Durante as visitas que tenho feito, tenho sido questionado pelo fato de que o orçamento estadual está deixando a desejar, pois o Norte de Minas, os vales do Jequitinhonha, do rio Pardo e do Mucuri receberão menos recursos do que as demais regiões do Estado. Convém, entretanto, ressaltar que a região Norte de Minas é carente, mas tem grande potencialidade.

Diversas vezes, tenho ocupado a tribuna para falar da necessidade de incentivar a agricultura na região mineira da SUDENE, pois essa é a única possibilidade de aumento da geração de emprego e renda para a população. A construção de barragens, a redução da alíquota do ICMS sobre energia, a equiparação das taxas de energia noturna e diurna para os produtores das áreas irrigadas, incentivando a produção agrícola e fazendo do Norte de Minas e do Jequitinhonha o celeiro deste País, são medidas urgentes, de baixo custo e poderão resgatar o Brasil da atual condição.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar o meu apelo ao Governador do Estado, Dr. Itamar Franco: façamos esforços para corrigir as distorções que vêm exigindo tamanho sacrifício da nossa gente que vive no campo.

Quero, ainda, manifestar o meu apoio ao Vice-Governador Newton Cardoso, que, quando Governador de Minas, disponibilizou o Gabinete Militar para socorrer a população vítima da seca, enviando caminhões-pipa, ambulâncias, cestas básicas; priorizou a abertura de estradas, a construção de grandes barragens e deu grande incentivo à agricultura norte-mineira. Quero pedir ao Governador que continue olhando a nossa região, empenhando-se na liberação de recursos para aquela gente sofrida, incentivando o plantio de grãos, a abertura de estradas vicinais, a construção de barragens, asfaltando nossas estradas, levando o progresso a todos as nossas cidades.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, em breve, possa ocupar esta tribuna para comentar uma outra manchete, do tipo "O Norte de Minas Alimenta o Brasil".

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço a V. Exa.

Queria, inicialmente, cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Somente gostaria, Dimas, que as suas reivindicações - com as quais todos fazemos coro, principalmente nós, do Norte de Minas - pudessem encontrar respaldo no Governo do Estado. Estamos vivendo um momento de euforia do Governo, como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a arrecadação, embora o déficit do Estado continue da ordem de R\$170.000.000,00 por mês. Não adianta arrecadar, se, no final do mês, não se fecham as contas do Estado. E ele é importante - torço para isso, mesmo como Deputado da Oposição, do PSDB - é que o Governo dê certo, porque, dando certo, vai poder atender reivindicações dessa natureza.

Neste aparte, pedindo licença a V. Exa., estranho a posição do Deputado Rogério Correia, ao fazer aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Todo santo dia, o Deputado Rogério Correia procura sacar uma série de denúncias, de agressões ao partido, imputando ao candidato João Leite, nosso colega, alguns desacertos do Governo do Estado. E ele é contraditório, porque, enquanto, em São Paulo, Marta Suplicy comemora o apoio dos tucanos, aqui, o Deputado Rogério Correia vem, mais uma vez, com esse discurso repetitivo.

Por fim, o Deputado Rogério Correia tem toda a razão em defender, com unhas e dentes, o partido do Prefeito Célio de Castro, coligado com o PT, porque, na verdade, talvez, seja a alternativa para o PT abrigar as centenas de pessoas que ficarão desabrigadas no Município de Betim, onde o partido perdeu as eleições. Certamente, o Deputado quer defender o pão de cada dia dos militantes do PT de Betim por intermédio da Prefeitura de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado Dimas Rodrigues, e quero lamentar que a discussão política descambe por esses caminhos e por essas interpretações. Quero dizer que tenho um grande respeito pelo Deputado Carlos Pimenta. No entanto, S. Exa. está profundamente equivocado. Não cabe a ele, até por um princípio cristão e evangélico, fazer um julgamento dessa natureza, um julgamento absolutamente injusto, sem nenhum fundamento. Certamente, neste País, existem muitas outras situações em que o PSDB coloca-se na mesma posição de disputa; não são muitas, porque o PSDB está diminuindo muito. Nas disputas em que ele está, talvez, o julgamento caiba muito mais na fala do Deputado Carlos Pimenta do que na do partido que ele não conhece e cuja história é muito mais elevada do que a construída neste País pelo PSDB. Este, na prática, no Governo Federal, tem demonstrado uma atitude radicalmente contrária a esses princípios da social-democracia, é um partido que, comandando este País, tem colocado todo o nosso patrimônio, inclusive a nossa soberania, sob o mando e o comando dos grandes interesses multinacionais. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Agradeço o aparte a mim conferido e vou pedir licença a V. Exa. para responder aos ataques que recebi do Deputado Carlos Pimenta. Acho que a discussão sobre o que é ou não neoliberalismo é pertinente e tem que ser feita constantemente. É o projeto neoliberal, e repito isso quantas vezes forem necessárias, responsável pelo aumento da miséria e do desemprego no Brasil. Os partidos responsáveis por esse projeto são o PSDB e o PFL, e João Leite é o candidato, hoje, do PSDB e do neoliberalismo. É o próprio candidato João Leite que, embora tenha escondido isso no 1º turno, agora aparece com o Presidente FHC, com todo o "tucanato", com o apoio do PFL, apresentando-se como candidato do neoliberalismo.

Portanto, não há nenhum ataque pessoal, e sim divergência política. Não vou responder às baixarias que são colocadas aqui, na Assembléia Legislativa, senão teria que perguntar aonde foram os empregos que o PSDB tinha no Governo do Estado, os quais eram muitos, quando o Governador Eduardo Azeredo perdeu as eleições, e parece que os tucanos, até hoje, não absorveram essa derrota. Não sei se querem levá-los todos para Betim, não caberiam naquela Prefeitura. Mas não acho que esse seja o nível dos que são políticos.

Não é esse o problema, o problema é o que significará a vitória de um ou outro em Belo Horizonte, se avançarmos no projeto democrático popular, que tem programas sociais como a bolsa-escola, programas de saúde, programas importantes, como o orçamento participativo, ou se teremos um retrocesso, que é a política tucana no Brasil inteiro, que tem sido, nas urnas, derrotada. Isso é incontestável. O resultado das urnas já dá uma desvantagem imensa ao "tucanato" no Brasil inteiro. Ao que tudo indica, pelas pesquisas, isso também ocorrerá em Belo Horizonte. Acho muito difícil a reversão, pelo significado que os tucanos têm de retrocesso em Belo Horizonte.

Depois que perderam o Governo do Estado, sei que a expectativa do PSDB era muito grande de tentar uma revitalização política na Capital. Talvez por isso os Deputados Carlos Pimenta, Miguel Martini e Amílcar Martins não se conformem com a derrota que se avizinha - e espero que seja a grande derrota dos tucanos, para o bem de Belo Horizonte e do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Estamos tendo oportunidade de observar a exposição dos Deputados Rogério Correia e Carlos Pimenta. Não resta a menor dúvida de que os dois candidatos são pessoas de bem, sérias, corretas e honestas. Esse debate, essa questão de se falar de A ou B, de querer denegrir ou caluniar, em momento algum, vai contribuir para o bem-estar de BH e do País. Quero aproveitar o aparte que V. Exa. me concede para contestar e repudiar, com muita tranquilidade, as palavras do Deputado Carlos Pimenta, muito infeliz e extremamente indelicado com o Prefeito Célio de Castro.

Conhecemos o seu passado, a sua luta democrática, o seu presente e as suas realizações. Sua administração foi amplamente aprovada pelo povo de Belo Horizonte. Tenho certeza de que, em momento algum, S. Exa. tornou a Prefeitura de BH um cabide de empregos. Tenho certeza ainda maior de que qualquer pessoa que se interessar e se apresentar como candidato ao exercício de qualquer função na Prefeitura, o Dr. Célio de Castro, pela sua honradez e princípios, vai avaliar o passado, as qualidades, os valores, a probidade, a honradez e a capacidade administrativa dessa pessoa para trabalhar na Prefeitura de BH. Jamais vai transformar a Prefeitura num cabide de empregos, trazendo pessoas de Betim, de Ibirité, minha terra natal, seja de onde for.

Em todos os momentos, vai continuar se pautando pela correção, pela independência e pelo exercício dos grandes valores que norteiam qualquer grande homem público, como Célio de Castro.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho certeza de que o Governador Itamar Franco e o Vice-Governador Newton Cardoso vão priorizar o Norte de Minas, levando o incentivo, liberando o ICMS da energia e equiparando a energia diurna com a noturna, dando mais condições ao produtor rural, aos irrigantes. Só assim os nossos produtores terão condições de sobreviver.

Temos dois projetos de irrigação importantes na região - o Jaíba, um dos maiores da América Latina, e o Gorutuba. Precisam, apenas, de incentivo dos Governos Estadual e Federal. Mas tenho certeza de que o Governo Itamar Franco está sensibilizado e vai dar todas as condições ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha em 2001 e 2002.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Sr. Presidente, em nenhum momento, desci o nível da discussão. Apenas respondemos a ataques rotineiros do Deputado Rogério Correia. Respeito os Deputados do PT da Casa, mas estamos cansados de ver, a todo o momento, Deputados falarem o que querem e não quererem escutar. O PT está na contramão da história, porque aceita apoios importantes, de pessoas sérias, e aqui vem com o mesmo discurso.

Se ofendi algum membro do partido, apresento minhas escusas. Mas defendo meu candidato, que é o melhor para Belo Horizonte, e não vamos aceitar ataques dessa natureza contra o nosso partido, contra o nosso candidato. A democracia é o exercício da transparência, e, da mesma forma que respeito, gostaria de merecer o respeito de alguns companheiros do PT.

O Deputado Dimas Rodrigues - Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que o Norte de Minas e o Jequitinhonha são as causas que movem o Deputado Dimas Rodrigues.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Elaine Matozinhos, imprensa, funcionários desta Casa, amigos das galerias, o que me faz voltar a esta tribuna é o fato que chegou ao meu conhecimento, relativo a mais uma situação de injustiça envolvendo o sofrido grupo de ex-funcionários da MinasCaixa. A PREVIMINAS, uma fundação de previdência social de Minas Gerais, herdou a PREVICAIXA, órgão responsável pelo sistema previdenciário dos funcionários da extinta MinasCaixa. Aquele órgão potente, poderoso, com patrimônio invejável, muito dinheiro em caixa, prestava boa assistência aos funcionários. Após a liquidação judicial e extrajudicial da MinasCaixa, as administrações que se sucederam terminaram por imputar aos funcionários da extinta MinasCaixa, hoje absorvidos pelo Estado, um termo de adesão que os obriga a assinar, abrindo mão do plano para o qual colaboraram durante toda a vida. Estão aumentando cerca de 70% a cobrança devida de cada funcionário e retirando-lhe a internação e a cirurgia, ou seja, aumentando os encargos e diminuindo os direitos dos serviços.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Quanto à fala do Deputado Miguel Martini, que ocupou esta tribuna mais cedo, penso, como o Deputado Carlos Pimenta, que não devemos passar para o lado pessoal. O Deputado Miguel Martini afrontou veementemente o Prefeito Célio de Castro, falando da sua honradez, do seu caráter e até da sua religião.

Gostaria, então, Deputado Doutor Viana, de pedir esse espaço a V. Exa., para dizer que nós, da Bancada do PSB na Assembléia, repudiamos esse comportamento do Deputado Miguel Martini e o desafiamos a provar que o Prefeito está usando a máquina pública e comprando os meios de comunicação. Fica lançado nosso desafio, a fim de que o Deputado Miguel Martini prove as acusações insensatas e incoerentes feitas ao Prefeito Célio de Castro. Agradecemos o aparte.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero dizer ao Deputado Sargento Rodrigues que é ele quem está faltando com a verdade no momento. Não fiz nenhuma acusação ao Prefeito com relação à sua religião, disse apenas o que é publicamente conhecido. Ele tem se definido da maneira por mim relatada.

Com relação às comprovações, tudo já está protocolado no Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional Eleitoral, basta pegar e mostrar para V. Exa., o que farei com muito prazer. No que se refere ao uso da máquina, só não enxerga quem é PSB, porque não quer. Isso é claro na atitude de alguém que contrata, sem licitação, ator de teatro para animar audiência pública. É absolutamente clara a situação: não houve licitação nem justificativa emergencial. Inclusive, não sei de onde vem tanto dinheiro para essa candidatura do Prefeito. Ele espalhou, aos milhares, no 1º turno, um documento mentiroso, agredindo o Deputado João Leite, em papel "couché", de altíssimo luxo. De onde vem tanto dinheiro? Parece-me agora que contratou 10 mil pessoas para se espalharem pelas ruas. Além disso, temos fotos e filmagens mostrando funcionários da Prefeitura com "bottons" do Prefeito, durante o trabalho. Isso não é usar a máquina?

Portanto, estamos afirmando o que é óbvio e que todos os belorizontinos já estão sabendo. Por isso, estão mudando seus votos. A população não aceita mais este marasmo da administração, este isolamento da Capital do Estado, da Grande BH e do Governo Federal. O povo de Belo Horizonte quer crescer, desenvolver-se, entrar no cenário federal. A Capital, que deveria ser a 3ª do País, está classificada em 25º ou 26º lugar. Queremos devolver a Belo Horizonte o lugar que merece ocupar. Sendo assim, estou lançando apenas fatos mais que claros para todos os belo-horizontinos.

O Deputado Doutor Viana* - Continuarei desenvolvendo o assunto, porque as paixões políticas me desviaram um pouco. Entretanto, tudo é válido, e estamos em uma tribuna democrática. Agradeço os apertes.

O assunto que realmente me preocupa e me fez subir à tribuna é a questão da sobrevivência dos ex-funcionários da MinasCaixa, que já vêm sendo injustiçados há tanto tempo. Já nem menciono a necessidade de se garantirem os seus direitos; falo apenas em sobrevivência. Estamos aqui com um termo de adesão, em que dizem: "O presente instrumento objetiva a inteira ciência do signatário na adesão ao plano ambulatorial dos ex-servidores da MinasCaixa, bem como dos seus respectivos dependentes, de que: 1º - Os signatários e seus dependentes estão ingressando e aderindo, neste ato, a um novo plano". Eles, que pagaram a vida toda por um plano antigo - alguns pagaram por mais de 20 anos -, têm de abrir mão do seu direito adquirido para assinar esse novo plano, que se chama Plano de Assistência de Saúde Ambulatorial. Nesse ato, os signatários desistem do plano que previa a cobertura total para optar por esse plano ambulatorial, tendo direito somente a consultas, exames complementares e procedimentos ambulatoriais, não estando cobertas as internações e as cirurgias. O signatário obriga-se a devolver, juntamente com esse termo de adesão, todas as carteiras de identificação do antigo plano, para a emissão das novas carteiras de participantes e dependentes. Esse termo é ditatorial e injusto. Temos de defender os interesses dessas pessoas que, ao longo dos anos, estão submetidas à maior humilhação de todos os lados e de todas as maneiras. Essas pessoas tinham o seu emprego adquirido por concurso e ajudaram no crescimento daquela instituição, inclusive da Previminas, que é a antiga PreviCaixa. Depois que acabaram com essa instituição, estão querendo cobrar mais e dar menos a esse pessoal. Eles não pagam mais os medicamentos! Entraremos com um pedido de constituição de comissão especial ou de realização de audiência, com a convocação de Diretores, do Conselho de Curadores da Previminas, do pessoal da Associação dos ex-Servidores da MinasCaixa, do pessoal do SINDPÚBLICOS e de todos nós, para discutirmos os direitos desse povo. Temos de tomar conhecimento do que está ocorrendo de errado com o comando da Previminas. Não posso aceitar que o pessoal continue gastando o pouco que ganha com remédios, perdendo o direito à internação e a cirurgias. Com esse plano novo, será descontado mais dos seus salários. Os que colaboram, há 17 anos, com R\$17,00 passarão a pagar R\$30,00. As suas contribuições serão aumentadas, e os seus direitos adquiridos serão retirados. Constituiremos, se for preciso, uma comissão especial para analisarmos essa situação e para defendermos essa categoria, para que possam viver os seus últimos dias, depois de tanto sofrimento, com mais justiça e mais dignidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputada Elaine Matozinhos, aproveite estes 5 minutos para saudar, fraternalmente, todos os meus colegas Deputados médicos pelo seu dia, que foi comemorado ontem. Pelo compromisso que têm com a vida e com a dignidade humana, poderemos comemorar ainda hoje esse dia.

Quero aproveitar a oportunidade para refletir um pouco sobre a questão dos nossos candidatos a Prefeito de Belo Horizonte. O Deputado Miguel Martini fez, nesta tribuna, uma análise de um candidato, colocando-o numa posição diferenciada e acima do outro. Teríamos de analisar a história e a vida de cada um deles. Nem eu nem o Deputado Miguel Martini temos autoridade para fazer uma análise dessa natureza, em razão do nosso conhecimento restrito a respeito de toda a vida destes nossos dois valerosos combatentes.

Vou falar a respeito do Dr. Célio de Castro, do meu candidato à Prefeitura de Belo Horizonte. Falarei sobre o que conheço da sua vida de lutas, de como enfrentou com garra e coragem os enormes riscos da ditadura, de como tem sido a sua luta de resistência ao projeto neoliberal, dos avanços, das ações particularistas no domínio dos interesses públicos. Podemos ver isso ao longo da sua história, como médico, como político, como Vice-Prefeito e como atual Prefeito de Belo Horizonte. Essa história não pode ser jogada na lata de lixo. O trabalho dedicado do Dr. Célio como executivo tem sido extraordinário. Todos podemos testemunhar a sua honradez. Podemos testemunhar, ao longo da sua vida política, quem tem sido o Dr. Célio de Castro. Se fosse somente pela sua história e pela sua vida, poderia dizer que, da minha parte, seria um grande orgulho estar apoiando a sua candidatura. O mesmo aconteceria se fosse para comparar as pessoas que o cercam. Seguramente, dos dois lados existem pessoas dignas, competentes e sérias. Não tenho dúvidas sobre isso. Mas não desejo fazer comparações, porque estas são palavras de quem tem acompanhado o Dr. Célio ao longo da sua vida pública, principalmente nos últimos oito anos, em que foi Vice-Prefeito de Patrus Ananias e é o atual Prefeito, constituindo uma equipe que tem feito, ao longo dos últimos quase quatro anos, um trabalho de muita dignidade, honestidade e seriedade.

Estou de posse de alguns resultados. Como estamos celebrando a data comemorativa do Dia dos Médicos e tenho visto que, com relação à área da saúde, está havendo um embate permanente e uma tentativa insistente de colocar a situação em Belo Horizonte como a pior do mundo, vou ler alguns dados para a nossa reflexão. Em 1992, quando terminou o Governo tucano, o valor aplicado pela Prefeitura de Belo Horizonte na saúde era o equivalente a 8,47%. Hoje, são aplicados 17,97%. A arrecadação de Belo Horizonte aumentou, aumentando, também, a aplicação de recursos. Com relação à evolução do atendimento, em 1992, houve 2.650.000 atendimentos. Atualmente, são 4.900.000 atendimentos. Com relação aos investimentos em medicamentos, em 1992, foram investidos US\$270.000,00. Em 1999, US\$5.156.000,00. E assim por diante. Se analisarmos todas as variáveis, verificaremos que houve uma extraordinária evolução na defesa da vida e da saúde da população de Belo Horizonte.

Não estamos no melhor dos mundos. A situação é séria. Existem muitas pessoas, não só da nossa Capital, mas também de outras cidades, que dependem do atendimento de Belo Horizonte. Estamos crescendo e evoluindo. Para concluir, quero dizer que meu apoio ao nosso Prefeito Célio de Castro não é só pelo seu passado de resistência e luta em favor da vida, não é só pelo seu trabalho realizado em Belo Horizonte, mas, fundamentalmente, porque ele, Dr. Célio de Castro, e sua equipe são os portadores do melhor projeto para Belo Horizonte, capaz de fazer esta cidade cada vez mais fraterna, digna, solidária e humana. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da galeria, telespectadores da TV Assembléia, queremos saudar os médicos do nosso Estado e do nosso País pelo Dia do Médico. Não tivemos oportunidade de fazê-lo, mas queremos, neste momento, registrar o nosso carinho e apreço por todos os médicos e, de forma especial, pelos nossos médicos que estão trabalhando na rede pública de saúde.

É com muito orgulho que venho hoje dar notícia aos cidadãos de nosso Estado, em especial aos moradores de Belo Horizonte, de mais uma demonstração do reconhecimento internacional que vem recebendo a Prefeitura de nossa Capital, em razão de sua grande dedicação à implementação de políticas públicas sociais e populares.

Neste mês de outubro, a PBH foi indicada pelo Banco Mundial - BID - e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD - como sendo uma referência mundial de políticas integradas ao desenvolvimento e participação popular. Isso, principalmente, em face de programas como o das incubadoras de empresas e o da promoção do turismo de negócios no município, do ótimo funcionamento das câmaras setoriais de desenvolvimento e da Comissão Municipal de Emprego e Qualificação para o Trabalho, entre as inúmeras iniciativas de responsabilidade da PBH, que tem à frente o grande Prefeito Célio de Castro.

A indicação foi feita por técnicos e líderes políticos da África do Sul em visita a Belo Horizonte, depois de terem visitado Buenos Aires, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e outras grandes cidades sul-americanas para a coleta de informações sobre as políticas públicas praticadas em nossas metrópoles. De acordo com os indicadores, Belo Horizonte está muito à frente no processo de resolução de problemas como habitação, pobreza, desenvolvimento urbano e geração de empregos.

Obviamente, Belo Horizonte poderia estar muito melhor. Todavia, nossa Capital está inserida no cenário nacional, e seu povo é também vítima da política de desmonte e entrega do País às elites capitalistas internacionais. Se tivéssemos um Governo Federal nacionalista, nossa Capital poderia estar em melhor situação.

Mas o reconhecimento do trabalho de nosso Prefeito serve também para aqueles que pensam que a Prefeitura não está no caminho certo. Serve para mostrar aos que apenas reclamam e apóiam a política de exclusão social de Fernando Henrique Cardoso que Belo Horizonte sabe o que quer e como conseguir. Mesmo sendo excluída e perseguida pelo Governo Federal, Belo Horizonte, a Capital de Minas e de nossos corações, continua o seu avanço rumo à democracia e à participação popular.

O que dissemos demonstra que não é apenas a população que vem aprovando e recomendando a administração popular e socialista do Prefeito Célio de Castro. Além dos belo-horizontinos, que já demonstraram e demonstrarão novamente sua satisfação com esse projeto político, são organizações financeiras internacionais que estão dando o braço a torcer e admitindo o excelente trabalho do socialista Célio de Castro.

Célio de Castro e o PSB, cujo diretório regional tenho a honra de presidir, com a Frente BH Participativa, estão de parabéns por mais este reconhecimento internacional. O que não deixa de ser irônico é que os estrangeiros e o povo já perceberam aquilo que alguns políticos na contramão dos anseios populares se negam a entender.

Quero fazer uma referência à fala do Deputado Miguel Martini, que foi injusto e, até mesmo, incoerente nas referências feitas ao Dr. Célio de Castro. Alegou que o Prefeito usa a máquina pública e disse uma série de inverdades no que se refere ao Prefeito.

Primeiramente, quero ressaltar que os funcionários da PBH que estão na campanha de Célio de Castro o fazem como cidadãos que já passaram por outras administrações e sabem valorizar a atual e o Prefeito que têm.

Quero dizer mais, que as mentiras colocadas não são do candidato Célio de Castro. Num programa eleitoral, vimos uma senhora, Maria do Carmo, mostrando o seu sofrimento, falando das suas dificuldades pessoais e dizendo que, por isso, queria renovar; aquela senhora, caros Deputados, sequer mora em Belo Horizonte. Ela gravou para a campanha do Prefeito Célio de Castro posteriormente. Mas, pelo respeito ao sofrimento daquela mulher, que sequer mora em Belo Horizonte, o Prefeito Célio de Castro entendeu por bem não expô-la novamente.

Quanto à lista apresentada, segundo a qual os Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte apóiam a candidatura do Palácio do Planalto, do Deputado João Leite, teremos, na próxima segunda-feira, cerca de 15 Prefeitos manifestando apoio irrestrito à candidatura de Célio de Castro, lembrando, inclusive, que o nosso companheiro e grande líder, o Prefeito Wander Borges, de Sabará - proporcionalmente, o mais votado neste País, com 95% dos votos naquela cidade -, está à frente dessa liderança, porque é nosso companheiro do PSB. Administrações socialistas estão aí e mostram sucesso, Sabará é um exemplo claro disso.

A pesquisa divulgada hoje é que levou, sem sombra de dúvida, todo o desespero do Deputado Miguel Martini, que fez da tribuna uma série de referências que não são verdadeiras e não são merecidas por uma pessoa da lisura, da integridade e da honradez do Prefeito Célio de Castro.

As pesquisas mostram hoje que o nosso candidato está 11 pontos à frente - 49 a 38. Essa pesquisa foi divulgada, inclusive, no programa "Bom-Dia, Brasil". E isso leva a mais mentiras e desespero, porque, a cada momento, quer mostrar, pela televisão, que há diferença de tantos pontos. Agora, há diferença de 11 pontos, e subirá mais, muito mais, em favor do candidato Célio de Castro.

O nobre e grande companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão colocou o que se deve discutir nesta Casa - são os projetos. Estamos aqui na condição de Presidente do PSB; temos o orgulho de Célio de Castro ser nosso filiado, nossa grande liderança, nossa grande estrela.

Pedimos, nobre Deputado Hely Tarquínio, que essas coisas não acontecessem aqui. Solicitamos isso ao Deputado Amílcar Martins, após a fala do Deputado Miguel Martini. Nós o chamamos e pedimos a ele que parasse com essa metralhadora giratória em cima de uma campanha que não tem respaldo do Palácio do Planalto. Não usamos a máquina da Prefeitura, definitivamente, mas sabemos do apoio que o Palácio do Planalto tem dado à candidatura do Deputado João Leite. Todos sabem. Belo Horizonte, de ponta a ponta, de norte a sul, de leste a oeste, sabe disso.

Estamos no momento de fazer política apresentando projetos, como bem disse o nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão. Vamos mostrar os nossos projetos e discuti-los. Não vamos ficar fazendo ataques pessoais a um homem honrado, sério, que, além da vida pessoal, tem uma administração inatacável. Falou o Deputado Miguel Martini sobre as licitações. Esqueceu-se ele de falar, ou não quis se lembrar, de que os jardins do Palácio da Liberdade, no Governo Azeredo, foram refeitos sem licitação. Queremos falar da nossa indignação pela forma como está sendo colocada essa questão.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputada Elaine Matozinhos, gostaríamos de parabenizá-la pelo pronunciamento. Como membro da Bancada do PSB, endossamos as suas palavras.

Gostaria de tornar público que a Frente contra a Destruição do Serviço Público de Minas Gerais, em seu jornal, manifestou explicitamente o seu apoio ao Prefeito Célio de Castro. O manifesto traz algumas mensagens: "Manifesto aos servidores civis e militares da ativa, aposentados, pensionistas e professores, considerando que o 2º turno das eleições em Belo Horizonte exige reflexão e intervenção enérgica do funcionalismo, a Frente contra a Destruição do Serviço Público em Minas Gerais convoca o servidor público civil e militar da ativa, aposentado, pensionista e professor, eleitor em Belo Horizonte, para ficar atento às manobras dos seguidores de FHC".

Nobre Deputada, gostaria de tornar público que Renato Barros, presidindo a Frente contra a Destruição do Serviço Público, assina esse manifesto com os sindicatos dos funcionários públicos. Os sindicatos ligados aos militares do Estado em Belo Horizonte já manifestaram o seu apoio, mostrando, mais do que nunca, a vitória do Prefeito Célio de Castro. As pesquisas indicam a vitória do Prefeito, que vem se distanciando do candidato tucano.

O apoio das entidades está explícito, mostrando que estão ao lado dos projetos populares, dos projetos progressistas. Mais do que nunca, não podemos permitir que o PSDB ocupe a Prefeitura de Belo Horizonte.

Endossamos as palavras de V. Exa., que está de parabéns pelas colocações que faz. Cada vez mais, o Prefeito vem ganhando a adesão firme e coerente de pessoas que, realmente, estão enxergando o que representa o Prefeito Célio de Castro, a participação democrática, o Orçamento Participativo, o Bolsa-Escola, o BH Vida, ou seja, todos os projetos que precisam continuar. Belo Horizonte não pode retroceder, precisa continuar com esse projeto popular. E sabemos disso. V. Exa. está de parabéns. Agradeço o aparte.

A Deputada Elaine Matozinhos - Muito obrigada, nobre companheiro Sargento Rodrigues.

Quero dizer que, ontem, tivemos, também, a alegria de receber um telefonema do Presidente do Sindicato dos Policiais Civis, nosso companheiro Geraldo Magela, formalizando seu apoio à candidatura Cêlio de Castro. O Prefeito, às 14h30min, recebeu o apoio formal do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto. As grandes lideranças, os sindicatos, a população como um todo está, sem sombra de dúvida, conosco nesse projeto, que é de uma administração popular, séria, direcionada para o povo, em que o ser humano é o grande objetivo.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, quero parabenizar V. Exa. pelo belíssimo pronunciamento. Creio eu que mentira de eleição tem perna curta. Se vai dar Cêlio de Castro ou João Leite, vamos esperar para ver no dia 30 de outubro. As propostas foram lançadas. Respeito a posição de V. Exa. e acho que não é falando que Cêlio de Castro é feio e João Leite é bonito que chegaremos a algum lugar. Os dois apresentaram trabalho, e o povo belo-horizontino vai decidir. Se quiserem continuar a administração, votarão em Cêlio de Castro; se quiserem renovar, votarão em João Leite. Sei que esta Casa é muito maior, e continuaremos com o nosso convívio.

Não poderia deixar de dar o meu apoio ao Deputado João Leite, porque quero novos caminhos para Belo Horizonte. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço as palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior e quero dizer que não estamos discutindo se o candidato é bonito ou feio, mesmo porque estão disputando a Prefeitura de Belo Horizonte. Não estamos disputando um concurso para garoto-propaganda. É importante colocarmos isso de maneira muito séria.

Sr. Presidente, finalizando, quero dizer que esperamos e desejamos que os debates ocorram em alto nível, como buscamos desde o primeiro momento. Estamos insistindo em fazer política com "p" maiúsculo. Muito obrigada.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Muito obrigado, nobre Deputado; entendo que nós, que temos uma votação expressiva em Belo Horizonte, os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Rogério Correia, Elaine Matozinhos, Márcio Cunha, Fábio Avelar, que tem uma mixaria de votos, temos que trabalhar por Belo Horizonte, independente do Prefeito que aí está. Isso já foi colocado pelo companheiro Irani Barbosa. Precisamos fazer uma grande frente de trabalho por Belo Horizonte. O Prefeito, sozinho, sem a Assembléia Legislativa, sem o apoio do Palácio da Liberdade, não consegue governar Belo Horizonte, não consegue atender aos anseios da população.

Entendo que um Governador tem que ser alinhado. Se não tiver convívio com o Presidente da República, pelo menos, tem que esquecer as mágoas e pedir verbas para Belo Horizonte, para Minas Gerais, da mesma forma que o Prefeito, se não tiver acesso ao Palácio da Liberdade e ao Palácio do Planalto. Temos que fazer uma frente de Deputados e trabalhar para que consigamos mais saúde, mais segurança, mais educação, porque, do jeito que está, Belo Horizonte parou. Belo Horizonte não tem uma grande obra. Qual é a novidade de Belo Horizonte? O que foi feito no sistema viário, para melhorar a velocidade comercial da frota do transporte coletivo? Temos apenas problemas. E, nesta Casa, o número de ex-Vereadores é muito grande. Esses ex-Vereadores, esses Deputados votados em Belo Horizonte, o telespectador e o eleitor devem começar a analisar e a telefonar para os Deputados, a fim de pedir que trabalhem por Belo Horizonte, pois tiveram muitos votos aqui. Esses Deputados têm que dar um retorno em obras e benfeitorias para a Capital.

Não adianta, Belo Horizonte tem que parar de ser terra de ninguém, ou melhor, de ser terra de todo o mundo em hora de eleição. Se tivermos uma grande frente de Deputados que trabalhem por isto, estaremos ajudando. Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Volto à tribuna, porque, durante grande parte do tempo, ouvimos dos Deputados apenas hostilidades com relação ao posicionamento das duas candidaturas. Acho que devemos fazer uma discussão macro e real. Mas, antes de mais nada, devemos preservar a figura de dois grandes políticos - João Leite e Cêlio de Castro. Os dois candidatos têm vocação política e grandes serviços prestados a Minas Gerais.

Na minha visão, o conceito de político, entre os muitos que existem, seria a arte e a ciência de fazer o povo feliz. Em síntese, sem se perturbar se o projeto é democrático-popular ou se é neoliberal. Como seguidor da social-democracia, ou seja, da semântica da social-democracia, que é, sobretudo, uma utopia e pode até ser, temos que persegui-la. Não coloco no neoliberalismo a praga de que não constrói.

Gostaria, mais uma vez, de solicitar aos Deputados que, cômicos de sua responsabilidade, desarmassem o espírito e voltassem à sua verdadeira vocação, que é ser mediador do povo no que tange à nossa função de legislar e fiscalizar, mediando os interesses da sociedade, criando regras eficientes para uma convivência progressista, feliz e convivendo com os três Poderes.

Muitas vezes, confunde-se, como vi o Deputado Rogério Correia ainda com a preocupação de que temos um projeto neoliberal, como se isso fosse uma praga. Não é bem um projeto neoliberal. Os malefícios da globalização existem, mas temos que fazer algumas diferenças, observar as circunstâncias, em que o mundo vive hoje. A soberania do território brasileiro, como a de qualquer país, tem dificuldade em conviver com a globalização. Cada país, por instinto de sobrevivência, está buscando o melhor caminho, que é a sua soberania, a soberania do povo, do país, da economia, das finanças e dos projetos, que, muitas vezes, não podem ser construídos e materializados contra essa globalização do capital.

Esse capital globalizado está acabando com a soberania territorial e política dos países e tem havido alguns políticos de grande envergadura, com visão macro e humanista, que já promoveram vários encontros, como o de Davos, o de Praga e de outros lugares, procurando uma resistência contra esse capital voraz, migrante, selvagem e fugaz, que ocorre nos países do Terceiro Mundo e ameaça os países do Primeiro Mundo, como se fosse um temporal levando tudo de roldão. Esse capital não tem regras. Já tentaram estabelecer regras várias vezes, para que não vivêssemos numa camisa-de-força.

Mas temos organismos internacionais ligados a esse capital voraz. Queremos chegar à discussão de Belo Horizonte, para que não exista um projeto neoliberal, e sim um projeto social-democrático no seu significado. Quando falamos em política no bom sentido, referimo-nos ao social: são projetos para a saúde, a educação, a habitação, projetos que promovam a felicidade do povo. A política é a arte de fazer o povo feliz e é também ciência, porque hoje vivemos num mundo totalmente tecnológico. Quero fazer uma discussão maior, pois não vou cair em picuinhas dizendo que o lado que representa o Prefeito tem um projeto perfeito e que o que representa o nosso querido companheiro João Leite, de quem sou adepto, tem, também, um projeto perfeito. Estamos procurando caminhos, fazendo propostas para apresentar e realizações, consistentes à sociedade. Os dois candidatos merecem a nossa homenagem por terem a coragem de enfrentar esse pleito. Precisamos entender que o Brasil tem de conviver com essa camisa-de-força instituída pelo FMI. Mas não fomos nós que inventamos o FMI, instituído após a Segunda Guerra. Da mesma forma, não criamos a ONU, que veio para dar suporte, de forma supranacional, à soberania dos países. No entanto, não se consegue encontrar mecanismos para dificultar esse capital migrante, selvagem, que corre o mundo, através das bolsas. A maioria das instituições são contra a taxa de aplicação de curto prazo, para segurar um pouco essa migração de capital, que prejudica, principalmente, os mais pobres. Há uma divisão perversa entre ricos e pobres, no mundo das finanças, no mundo da economia, que dificulta a soberania nacional. E o Brasil não consegue segurar sua soberania nacional, pois também é um dos inscritos no FMI, onde tem participação. Quando tem dificuldade, vai - como o fez no Governo Sarney, quando decretou uma semimortatória - buscar dinheiro. Existe toda uma organização financeira, bancária, econômica, no mundo, comandada por organismos como o FMI, o BID, o Clube de Paris, etc. Essa é a compreensão que gostaria que o PT tivesse, buscando, primeiramente, um conhecimento maior, para aqui não cair nas hostilidades, não cair de forma radical na discussão de projeto neoliberal, parecendo que o Presidente da República e o Congresso se encontram perdidos, querendo prejudicar uma parte do povo brasileiro. Aqui não há político mal-intencionado, pensando em prejudicar aqueles que ele representa. Representamos o conjunto do povo de Minas Gerais. Quando aqui votamos, é o povo mineiro que vota. Por isso, sempre temos de exercer a democracia, que é a liberdade de escolher, mas, sobretudo, com responsabilidade. Hoje, o Deputado Sargento Rodrigues trouxe novamente, a disputa partidária a esta Assembléia, ao dizer que os cristãos de Minas Gerais estão com Cêlio de Castro. Digo que não. Existem cristãos filiados e não filiados às igrejas, dos dois lados, já que cada um faz a sua opção. Estamos vivendo um momento de dialética eleitoral, buscando aquela variável que é o ponto de equilíbrio, que é a virtude, para decidir por um ou por outro. As propostas estão colocadas. O nosso João Leite tem um projeto de saúde. Sem maiores críticas, queremos apenas dizer que, há oito anos, esse projeto democrático-popular está tentando, com todos os esforços, implantar o SUS, digno, em Minas Gerais, o que ainda não ocorreu.

Então surge a social democracia do partido do Presidente da República. E o Deputado João Leite pode ser uma porta aberta, um canal de ligação com a Presidência, para conseguir os recursos necessários, a fim de fazer o povo de Belo Horizonte feliz, com um projeto de saúde que viabilize o SUS e diminua o número de pessoas que não são atendidas e morrem nas ruas, nas filas, excluídas por um sistema único, em minha visão, um "sistema burro" de saúde. Um país continental não pode seguir o modelo de uma ilha deste tamanhinho, isolada. Para Cuba, isso pode dar muito certo, mas o mesmo não se dá para o Brasil, pois as condições são totalmente diferentes graças à sua biodiversidade. Criou-se um sistema único, e, agora, estão sendo dadas chances aos grupos de saúde para se ganhar dinheiro, sem se procurar uma solução. Quem é o culpado disso? Não direi que é o Congresso, mas ele

deu o capítulo da previdência e da saúde para as esquerdas elaborarem, em 1988, e é o que está em vigência.

Não podemos julgar um Governo de forma congelada. O Brasil tem 500 anos de pirataria. Pirataria é o caráter do brasileiro, infelizmente. Estamos aqui para dizer isso de maneira bastante franca e para afirmar que o remédio para esse mal é a educação. Entretanto, não ocorrerá um milagre, nem a situação será resolvida em um passe de mágica. Tudo dependerá de um tempo. Passarão várias gerações. Já temos um ponto positivo: 25% para a educação. Entretanto, ainda tem-se que formar a cultura desse gasto com a educação. O Brasil tem quase 6 mil municípios, e a maioria dos Prefeitos não sabe como gastar tecnicamente esses recursos. É preciso ensinar aos agentes políticos como gastar, e, para isso, está surgindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, marco pedagógico e legal para se ensinar a gastar o dinheiro do povo, que foi arrecadado por meio dos impostos e gira em nível estadual e federal, voltando para o municipal.

Estamos vivendo um momento importante de resgate da boa administração no Brasil. Estamos adotando uma forma de buscar nossa soberania através da legislação, adaptando a difícil situação que atravessamos. O político, o homem, em geral, para viver nesse mundo organizado sob a forma de sociedade, já que não estamos em um estado de barbárie, deve buscar a sobrevivência digna e ter plasticidade mental, com alta capacidade de adaptação às condições impostas pela convivência humana.

Faço uma crítica: o nosso Governador não teve a serenidade necessária para buscar um contato ameno com o Palácio do Planalto, e, a partir daí, surgiram as divergências. O Presidente pode ter culpa, mas a divergência partiu daqui. A moratória de Minas Gerais nunca foi conceptual e técnica, pois o Governador declarou moratória unilateral, prejudicando o Estado.

Nessas circunstâncias, gostaria de fazer uma análise, depois de citar alguns aspectos do cenário mundial e o porquê de nossas dificuldades como País emergente e com relação à Federação. Diante disso, trazemos uma discussão a respeito da sucessão municipal, em que a hostilidade predominou. Não gostaria de citar nomes de colegas. Toda ação corresponde a uma reação. Nenhum deles estava rezando. Pelo contrário, um estava atacando o outro.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Esta Casa tem de manter um alto nível nas discussões. Quando partimos para ataques pessoais, sobretudo em períodos eleitorais, diminuímos o valor e o objetivo desta Casa Legislativa. V. Exa., com o seu discurso, aumentou o nível do Plenário. Pena que há poucas pessoas presentes.

Assisti, ontem, a uma entrevista com um Senador da República, ocasião em que dizia que o Congresso Nacional virou um balcão de negócios. Ao reparar no que está acontecendo com o Legislativo brasileiro, seja o Congresso Nacional, seja as Assembléias Legislativas, seja as Câmaras Municipais, percebemos que há uma inversão de papéis. Isso não é bom para a democracia brasileira. Os legisladores estão preocupados em fazer assistencialismo. Os nossos escritórios estão virando escritórios de despachantes. Essa função é do Executivo. Estamos deixando de fiscalizar, de criar leis e de conversar com a sociedade.

Por outro lado, estamos vendo iniciativas, como o orçamento participativo, vindo do Executivo. O orçamento é uma função do Legislativo. Temos de equilibrar essa balança. Ontem, o Senador queria saber por que o Congresso Nacional não faz a reforma política e a tributária. A culpa é do Executivo? É, também. Se não fizerem essas duas reformas estruturantes, ficaremos amassando o barro.

Parabenizo V. Exa. por chamar a atenção desta Casa, porque, se o Legislativo não assumir a sua verdadeira responsabilidade, não adiantará fazer a arte da política, que é a arte de fazer o povo feliz. Temos de cumprir o nosso papel. Não adianta dizer que é uma casa de representação do povo e que não somos melhores do que eles. Temos de ser melhores do que o povo, porque, como lhes falta educação e cultura, temos de ser orientados para trabalhar corretamente. Há projetos nesta Casa que são extremamente importantes para tornar o cidadão feliz. Porém, esta Casa está fazendo o povo de Minas Gerais infeliz.

Essa reflexão e essa discussão têm de acontecer mais nesta Casa, para que possamos acertar. A Assembléia de Minas Gerais não é a pior, mas estamos mal, como o Legislativo do Brasil inteiro. Trabalhar de acordo com essa orientação do papel verdadeiro do legislador é um passo extremamente importante para a democracia brasileira. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Obrigado pela intervenção, Deputado Paulo Piau. Conceitualmente, estamos caminhando para uma disputa eleitoral, que é dialética, ou seja, baseia-se no argumento, no equilíbrio, nas contradições e nos projetos que se confrontam. O Prefeito atual, nesses anos, não conseguiu uma resposta brilhante ou que estivesse de acordo com a expectativa do povo para a segurança e para a saúde. Deve ter feito uma revisão e apresentado um novo projeto, pois tem um programa, sabendo que não deu certo.

Mas existe o instituto da reeleição, que lhe dá a oportunidade de disputar novamente, com alguma vantagem. Não podemos fechar os olhos a isso.

Mas existe outro candidato, o nosso companheiro João Leite, cujas propostas têm a vantagem de já conhecer as experiências do atual Prefeito, que não deram muito certo nas áreas da saúde e da segurança. Apesar de seus muitos esforços, talvez não tenha conseguido êxito. O nosso candidato poderá segui-lo; não estou dizendo que irá acertar, pois tem bons projetos e programas para a saúde, a educação, a habitação e outros. Com essa esperança, é que nós, do PSDB, queremos cumprir a semântica da social-democracia. Nessa disputa dialética de propostas, em que um poderá vencer o outro, lutamos do nosso lado. No entanto, reconhecemos o trabalho feito até hoje.

É assim que gostaria de ver a convivência da Oposição e da Situação, em que o parlamentar, como disse o Deputado Paulo Piau, possa empenhar-se na elaboração e fiscalização dos projetos de lei de sua autoria, que foram aprovados por esta Casa e sancionados pelo Governador. As leis são feitas por este Poder, sancionadas, mas, infelizmente, 85% delas não são regulamentadas, às vezes, porque são de autoria da Oposição, de algum Deputado ou porque o Governador tem vícios do presidencialismo, de fazer valer só o Executivo, como é o problema do orçamento participativo. O nome é participativo. Concordo que poderíamos fazer parcerias com o Governo, e, por meio de audiências públicas menos onerosas, o povo participaria das discussões do orçamento. A lei do orçamento vem a esta Casa, temos de discuti-la, fazer as emendas e correções necessárias, de acordo com a nossa visão, porque somos agentes de transformação, representantes do povo, mediadores dos anseios desse povo. Temos de ser inteligentes para conseguir fazer leis consistentes, que atendam à comunidade.

No entanto, falar é muito fácil. Tudo isso depende de muito trabalho nosso, de muita convergência dos agentes políticos, dos Deputados. Precisamos dessa convergência, da liberdade de discutir, de escolher, mas, sobretudo, da liberdade de encontrar uma síntese mais rápida, mais ágil, a fim de atender à sociedade. O que é bom para o todo é bom para todas as partes. Muitas vezes, vejo, nesta Casa, a defesa de grupos ao se fazer uma lei. Nesse caso, somente um grupo será beneficiado. Isso é prejudicial ao povo.

É dessa forma que vejo a política. Temos um sistema partidário frágil. Não entendo por que tanta hostilidade. Não estamos legalmente radicalizados na lei e não precisamos nos radicalizar em nossos projetos, seja os sociais-democratas, seja os democrático-populares. Não precisamos disso. Precisamos de entendimento, de diálogo, o que nos conduzirá a um porto seguro, à melhoria das condições de vida. Já existe uma comissão de compatibilização dos três Poderes, a fim de ajudar o Governador a resolver os problemas, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal será implantada. Não ignoramos que, após tudo isso, haverá um órgão financiador, tipo BNDES, para aliviar as Prefeituras. Ninguém é cego, pois sabemos que, a partir do momento em que a lei for estabelecida, os municípios não conseguirão sobreviver. Haverá uma anoxia total, ou seja, falta de oxigênio, de gasolina, que é o dinheiro dos órgãos financiadores.

Vejam como o destino é caprichoso. Talvez aí esteja a salvação. Temos de buscar recursos nos organismos internacionais, fazendo com que o Brasil consiga, por meio de toda essa dificuldade, a sua soberania política. Talvez possamos fazer uma reforma tributária com responsabilidade. A partir desse marco, temos, compulsoriamente, de fazer as reformas necessárias, partindo do Congresso Nacional, chegando à de Minas, passando pelas Prefeituras, a fim de administrar os recursos de uma forma bastante razoável. Queremos o princípio da razoabilidade.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - A primeira questão diz respeito ao Orçamento Participativo ou, talvez, até melhor, à participação popular. Considero que esse é um processo. No caso da Assembléia, não tivemos condições de realizar isso com seriedade, porque ela estava sozinha. Fizemos um grande esforço, através das audiências públicas regionais, avançamos, e, no entanto, não obtivemos parceria com o Executivo, para concluir aquilo que discutimos e construímos com esforço. Era um primeiro passo apenas.

Em Belo Horizonte, já demos alguns passos importantes. Se voltarmos nossa atenção para Porto Alegre, por exemplo, veremos que já estão muito mais avançados. Não se discute apenas a questão dos investimentos, mas uma participação segundo a lógica da construção e da participação administrativa propriamente dita na área da saúde, da educação, da segurança. Temos que entender isso como um processo, Deputado, para dar um grande salto de qualidade e não abandonar essa idéia, que é a que aproxima, traz o povo para o

processo de construção de uma sociedade.

V. Exa. colocou uma questão que me preocupa muito, e considero que está sendo tratada de um modo muito superficial, que é a da saúde em Belo Horizonte. Não é correta a afirmação de que não tenha dado certo. A saúde não resolveu ainda todos os problemas que existem em Belo Horizonte, até porque a estrutura de saúde de Belo Horizonte, que é uma das melhores do Estado, não atende só os belo-horizontinos. Ela seria suficiente - talvez, até mais do que suficiente -, e nenhum cidadão de Belo Horizonte estaria sofrendo as restrições que sofre hoje se não tivesse essa rede atendendo, aberta a outros setores. Mas a contradição que vemos nesta análise, quando se faz a crítica à situação de Belo Horizonte, é, por exemplo, uma condenação de que Belo Horizonte está fechando o espaço para o atendimento externo, sem levar em consideração a sobrecarga de Belo Horizonte, que atende a todas as regiões vizinhas, aos municípios do vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas e de todas as outras regiões, inclusive a do Triângulo Mineiro, com atendimentos mais complexos.

Gostaria que, ultrapassado o limite da eleição e nesse tempo, discutíssemos com total seriedade, serenidade e abertura a questão de Belo Horizonte como sendo viável, interessante. Tem que ser superada, pois só é possível superar os grandes problemas que desafiam cada cidade do País se entendermos que este Estado tem divisões didáticas, constitucionais, e as responsabilidades ultrapassam os limites das responsabilidades de um Prefeito e de uma Prefeita.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Entendo a saúde, ilustre Deputado, assim como você. Não acho que o problema é só de Belo Horizonte. São Paulo está com a mesma situação, inclusive, reduziu muito a oferta de leitos, mesmo com o espírito da não-hospitalização. Precisamos dar as mãos para os Prefeitos do interior e fazer viabilizar o SUS. Acredito que a CPI da Saúde vai oferecer um modelo razoável. Ela é propositiva.

Eu não quis, com isso, ofendê-lo. Quis pedir uma chance para o nosso candidato do PSDB, que tem um grande projeto de saúde. Não queremos demérito para o Prefeito anterior. É com esse espírito que gostaria de convidar todos os Deputados para trabalhar com esperança e afinco para que possamos superar essas divergências pequenas, partidárias, com a grandeza de construir uma Minas Gerais mais feliz. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/10/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.612, 1.694, 1.775, 1.826, de 1999, 1.831, de 1.999, 1.840, 1.859, 1.863, 1.887, 1.898, 1.907, 1.918, 1.919, 1.925, 1.926, 1.931, 1.932, 1.933, 1.934, 1.935, 1.936, 1.937, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando Juliana Santos Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Ricardo Augusto Neves Couto do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas;

nomeando Juliana Santos Paiva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto Neves Couto para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

exonerando Luciana Freire Vilela do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando Luiz Carlos Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Ana Rosa Mendonça Lasmair Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Raniere Lage Reis para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Célia de Sena Moura do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Jardel Magalhães Pereira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Leonardo Leite Froes do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Paulo Cabral dos Santos Filho do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Regina Pinto Duarte de Freitas do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.

nomeando José Pereira Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Leonardo Leite Froes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Paulo Cabral dos Santos Filho para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Regina Pinto Duarte de Freitas para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Vanessa Aparecida Belli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bené Guedes

exonerando Phablo de Paula Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Pedro Paulo Metre Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Morais

exonerando José Antônio de Sena do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando, a partir de 31/10/2000, Síntia Barbosa Duarte do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/10/2000, Valdoni Alves Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cristiano Canêdo

exonerando Maria Madalena Paulo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Dorotéia Paulo Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Carlos Faria de Azevedo Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando Elma Jacob do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando Flávia Costa de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Harley Fabiany Junqueira Cobra do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Jacó Souza Soares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando Libiane Gonçalves Campos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

exonerando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Teresinha Chaves de Paula do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

nomeando Carlos Faria de Azevedo Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

nomeando Elma Jacob para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Flávia Costa de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Harley Fabiany Junqueira Cobra para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Jacó Souza Soares para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Libiane Gonçalves Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Teresinha Chaves de Paula para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

exonerando Marcelo Flávio Rezende Verona do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Flávio Cardoso Aguiar para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Brandão

exonerando Adriele Freire Nogueira Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Eloízio César Salgado do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

exonerando José Geraldo Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Francisco de Barros Xavier para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Geraldo Paz de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Natanael Vitor de Alcântara para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Milton

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/10/2000, que exonerou Daniela Bernardo Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/10/2000, que nomeou Andréia Rocha de Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

exonerando Trajano Manoel de Abreu do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Eva Rosa Cassette para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando João Batista para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Raquel Fagundes Moreira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Trajano Manoel de Abreu para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

exonerando Maurilo de Oliveira Pereira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Antônio Pires da Penha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Pedro Firmo Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando Beatriz Madureira Thomaz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Gonçalo Lincoln Gonçalves Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Jussara Marques Lage do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando Meiga Hélia Mourão Mafra do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando Silvana Reis Thomaz Simões do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Wadson Viana Almeida do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Helga Oliveira Guimarães para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Jussara Marques Lage para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Meiga Hélia Mourão Mafra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Passos Renato Leal Pimenta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Silvana Reis Thomaz Simões para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Wadson Viana Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 21 de novembro de 2000, às 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 12/2000, destinada à contratação de serviços de cópias reprográficas, pelo período de doze meses.

O edital poderá ser adquirido no endereço citado, mediante o pagamento da importância não reembolsável de R\$2,70 (dois reais e setenta centavos).

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2000.

Sérgio José Barcelos, Diretor-Geral em exercício.